

Universidade Federal do Paraná
Curso de Especialização em Educação Especial

**Habilitação Profissional da Pessoa com Deficiência
Mental: apontando caminhos para reelaboração do
programa desenvolvido na Escola Municipal
Especializada Helena Wladimirna Antipoff, de Curitiba.**

Alairce Maria Mainardes Benetolo
Marleine Quadros de Assis

Curitiba
1997

Universidade Federal do Paraná
Curso de Especialização em Educação Especial

**Habilitação Profissional da Pessoa com Deficiência
Mental: apontando caminhos para reelaboração do
programa desenvolvido na Escola Municipal
Especializada Helena Wladimirna Antipoff, de Curitiba.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização -
Educação Especial em Deficiência Mental, na
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em Educação
Especial

Curitiba
1997

ORIENTADORA

**Sônia Maria Guariza de Assumpção Miranda, Arte-
Educatora, Pedagoga, Mestre em Educação,
Especialista em Educação Especial - Área Mental,
Professora Assistente IV do Departamento de
Planejamento e Administração Escolar do Setor de
Educação da Universidade Federal do Paraná.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos a Deus que nos dotou de capacidade para concretização deste trabalho.

Aos nossos maridos e aos meus filhos pela colaboração e compreensão.

A Mestra Sônia Miranda, nossa orientadora e amiga.

A todos os colegas que trabalham na Educação Especial e as crianças que muito nos ensinaram.

Agradecemos a Escola Municipal Especializada Helen Wladimirna Antipoff que nos proporcionou um estimulante convívio de debates e permitiu o nosso aprofundamento partindo da prática desenvolvida pelo Programa de Habilitação Profissional.

Nosso muito obrigada

“Se tivesse que organizar hoje esta escola do povo, apoiar-me-ia no princípio que condiciona a vida dos homens, que estimula e orienta os seus pensamentos, o que justifica o seu comportamento individual e social, e que é o trabalho, em tudo o que ele tem hoje de complexo e de socialmente organizado, o trabalho, motor essencial, elemento de progresso e de dignidade, símbolo de paz e de fraternidade”.

Freinet

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO

1.1 - JUSTIFICATIVA

1.2 - OBJETIVOS DE ESTUDO

1.3 - METODOLOGIA

II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

III CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA EM SEUS DIVERSOS ASPECTOS (DESCRIÇÃO DA REALIDADE DA ESCOLA)

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.2 CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

3.4 - MODALIDADES DE OFERTA DE PROGRAMAS

3.4.1 PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL E PRÉ- ESCOLAR

3.4.2 PROGRAMA DE ENSINO ESPECIALIZADO ESCOLAR

3.4.3 PROGRAMA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

3.5 - RECURSOS

3.6- PROPOSTA CURRICULAR DO PROGRAMA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

3.7 - ANÁLISE DO LEVANTAMENTO DE OPINIÕES DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA SOBRE A PROPOSTA CURRICULAR

3.8 - RELATO DO ATUAL PROCESSO DE DISCUSSÃO DA ESCOLA MUNICIPAL WLADIMIRNA HELENA ANTIPOFF

IV CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

V ANEXOS

VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

O estudo do tema apresentado, surgiu a partir de indagações, questionamentos e do repensar a respeito do desenvolvimento do trabalho, dos objetivos alcançados durante os cinco anos de funcionamento da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff, na área de Habilitação Profissional da Pessoa com Deficiência Mental.

Tudo é uma constante aprendizagem e portanto as mudanças são inevitáveis para todas as pessoas, sejam elas, com necessidades educativas especiais ou não.

Dentro deste contexto, foi levantado pelos profissionais da Escola, de forma unânime e espontânea um certo grau de insatisfação diante de toda a caminhada nesses anos de atuação, em relação, ao currículo, aos objetivos e enfoques teórico-metodológicos, exigindo desses profissionais reformulações e estudos sistemáticos de como superar o seguinte desafio: que é o de proporcionar ao aluno condições de desempenhar as funções dentro da oficina de forma agradável e gratificante, bem como para os profissionais envolvidos, sem entretanto descuidar de qualidade dos conteúdos garantindo aprendizagens socialmente significativas.

Partindo do pressuposto, de “formar o educando como homem e cidadão, e não apenas prepará-lo para o exercício de suas funções produtivas nas empresas, mas para ser consumidor competente dos produtos disponíveis no mercado.” FRANCO, 1991; p.82), viu-se então a necessidade de aprimorar o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, egressos e/ou freqüentadores de classes especiais, a partir dos 14 anos no programa de Habilitação Profissional.

Para enfrentar esse desafio, os profissionais envolvidos na área de Habilitação Profissional da Escola em conjunto com a equipe responsável por este estudo se propuseram a estudar e elaborar propostas para superar as

insatisfações, problemas até então existentes, visando um melhor desempenho do aluno, quer no mundo do trabalho ou no próprio exercício de sua cidadania.

1.2 OBJETIVOS DE ESTUDO

- 1- Levantar no coletivo dos profissionais, os aspectos insatisfatórios referentes ao programa de Habilitação Profissional desenvolvido na escola.
- 2- Realizar investigações bibliográficas que possam embasar os profissionais da Habilitação Profissional com vistas a ampliação da visão de mundo a ser passada no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais dentro das oficinas, e conseqüentemente reelaboração dos programas da Escola.
- 3- Apontar caminhos para que a equipe da escola tenha subsídios para superação das lacunas encontradas na aplicação do programa de Habilitação Profissional oportunizando aos alunos maior desempenho e ampliação da visão de mundo.

1.3 METODOLOGIA

O presente trabalho pretende dar uma contribuição ao Programa de Habilitação profissional da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff no que se refere ao encaminhamento metodológico das oficinas.

A fundamentação teórica aqui apresentada foi obtida através de uma revisão da literatura pertinente ao mercado de trabalho.

Faz-se necessário descrever a realidade da Escola, através da análise de documentos, elaboração de um instrumento de sondagem (anexo 1) para aplicação com profissionais da escola (Assistente Social, Pedagogos e Professores da Habilitação Profissional), aplicação propriamente dita, relato das reuniões de discussões interna com a direção e equipe de professores que atuam nas oficinas e das reuniões com a equipe da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, análise dos dados levantados e encaminhados de propostas.

II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo SAVIANI (1991, p.19) a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. O que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. Diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. E o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipadamente estabelece a finalidade da ação. Conseqüentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois uma ação intencional.

SAVIANI explicita o que quer dizer com “trabalho material” e “trabalho não material”.

Trabalho material é o processo de produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, garantindo a subsistência material, de bens materiais.

Trabalho não-material é a produção de idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades.

Para realizar o trabalho material o homem necessita antecipar em idéias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais.

A educação se situa na categoria de trabalho não material.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim o objetivo da educação diz respeito, de um lado à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos, e de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Portanto, a ação intencional(trabalho) é um ato educativo essencial, vital mesmo para humanizar o homem, também abrangendo essa parcela da

sociedade que é a pessoa com deficiência mental que tem seus direitos garantidos pela Constituição Brasileira.

O não aproveitamento de suas potencialidades significa negar-lhes a possibilidade de participação no meio social e mantê-lo em condições de dependência, pois a história só é possível quando o homem se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes.

Este êxito depende também da atitude da família em relação a importância dada ao trabalho como forma de participação social, pois este é o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto de homens, ou seja, pelo trabalho que o homem age sobre a natureza. A família é um elemento importante no processo de educação do indivíduo e este desenvolvimento presuppõe a sua participação ativa neste programa, interagindo-se com os profissionais de forma a haver uma associação benéfica destinada à colocação profissional da pessoa com necessidade educativas especiais, como pessoa que reivindica conhecimentos de seus deveres.

Segundo FRIGOTO, (1991 p.254, 274) a educação entendida como uma prática social se apresentará como um instrumento fecundo de construção da cidadania quando se constituir num processo crítico e criativo, capaz de transpor os limites da reprodução das relações sociais capitalistas. Nesse processo a função do intelectual, do educador, em todos os espaços da sociedade é fundamental. Trata-se de um educador técnico-dirigente. Para tanto necessita ter claro um projeto alternativo de sociedade cujas relações sociais substituam a lógica da exclusão pela lógica da satisfação coletiva das necessidades humanas.

Na estrutura social brasileira, especialmente no quadro conjuntural que nos encontramos, os educandos, na luta pela cidadania, têm tarefas pontuais. Trata-se de lutar contra o projeto neo-liberal, neo-conservador, cunhado sob uma lógica da subserviência ao Fundo Monetário Internacional. Esse projeto se configura como abertura de todos os espaços ao capital transnacional, desmonte do Estado mediante a venda(entrega) das empresas públicas e desmantelamento dos serviços públicos. No campo educacional a política de descentralização

autoritária e a privatização são os mecanismos de entregar ao mercado o controle total dos processos educacionais.

Certamente o mercado não tem como objetivo a efetiva busca de democratização na sociedade e na escola. Nesse sentido o “mercado” jamais pode ser o ponto de referência para organizar-se processos educativos que rompam com as relações de exclusão. À formação do homem unidimensional, moldado e fabricado de acordo com os desígnios das relações de produção capitalistas devemos contrapor a formação omnilateral, politécnica cujo sujeito é o homem e o conjunto de suas necessidades. Esse é o horizonte técnico e político e mesmo ético para uma educação para a cidadania. Educação que é um processo social que se efetiva no conjunto das práticas sociais e não unicamente na escola.

“Omnilateralidade é, pois, o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidade e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e gozo, em que se deve considerar sobretudo o usufruir dos bens espirituais (intelectuais, afetivos, estéticos, etc) além dos materiais de que o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho”(Manacorda, in FRIGOTTO, 1975, p. 26).

Com respaldo nesses autores, concluímos que a educação com o objetivo de formação profissional da pessoa com deficiência mental, não poderá ter objetivo unidimensional, isto é, treinamento de funções, somente visando produção e lucro para a empresa capitalista. FRIGOTTO diz qual a educação básica para os trabalhadores, dentro da perspectiva de liberalismo conservador e de seu sucedâneo, neoliberalismo funda-se no pressuposto de que o mercado é grande regulador das relações sociais e o árbitro que indica que a desigualdade social, não resulta de relações de poder, de dominação (econômica e política) mas das “competências” ou incompetências individuais. Nesse horizonte o “mercado de trabalho”, constitui-se no definidor do tipo de educação básica, qualificação ou adiestramento que os trabalhadores e seus filhos necessitam. Trata-se de uma educação unidimensional.

A visão produtivista centralizada na idéia de mercado, reflete a forma dominante ainda hoje, de se conceber a educação. Resulta de um sistema de valores mais amplo que permeiam o tecido todo da sociedade. Trata-se de uma sociedade cindida em grupos ou classes sociais, onde a “classe trabalhadora” é concebida e produzida como mercadoria. Uma sociedade cujo fim fundamental é a maximização do lucro, e não a satisfação coletiva das necessidades humanas. Nesse sentido o grande e fundamental educador é o capital - disfarçado sob a categoria “mercado de trabalho”. A durabilidade e fragmentação do projeto educativo é decorrência necessária do plano material dessa organização social e da própria organização e de visão social do trabalho (ENGUITA, in: FRIGOTTO, 1991, p. 33).

“A grande questão não é organizar o sistema econômico e político que maximize a satisfação das necessidades humanas coletivas, mas adaptar ao “mercado” o sistema produtivo. É nesse sentido que para Istvan Meszáros, a questão central do debate educacional hoje é “ as instituições, inclusive as educacionais, foram feitas para os homens ou se os homens devem continuar a servir as relações sociais de produção alienadas? (MÉSZAROS, in: FRIGOTTO, 1980, p. 33).

A visão produtiva da escola falseia vários problemas. Além do reducionismo da concepção de sociedade, trabalho, homem, educação (FRIGOTO 1984), assenta-se sobre uma categoria - “mercado de trabalho”, que na realidade brasileira é despida, não saturada de conteúdo histórico. O que é o “mercado de trabalho” numa sociedade onde 50% ou mais do PEA (população economicamente ativa) estão no setor informal da econômica?

Atualmente, na sociedade brasileira há um crescente número de desempregados, porque a tecnologia está assumindo lugar do homem, sendo crescente o setor informal da economia. Portanto a pessoa com deficiência mental tanto quanto os demais cidadãos necessita ter uma formação profissional omnilateral extraindo potencialidade que maximizem sua capacidade dando-lhe uma visão ampla do mundo, de vida.

Portanto, as instituições educacionais com formação profissional devem privilegiar um currículo rico, amplo que vise a satisfação coletiva das necessidades humanas, e não se obter simplesmente à satisfação dualista e fragmentada do mercado capitalista.

PAIVA (1990) indica a “necessidade de desenvolvimento de capacidades “abstratas”. No mesma direção BELUZZO (1991) conclue: “O novo paradigma dos processos de produção está apoiado no treinamento mais generalista de força de trabalho em uma maior capacitação para a apreensão de linguagens, inclusive matemática”.

Contraopondo-se à visão pragmática e utilitarista de trabalho, são desenvolvidos vários estudos que discutem o trabalho como princípio educativo. Estes estudos têm base nas análises de Mark e Engeles e sobretudo de Gramsci: Nosella(1989) Manacorda(1990), Kunzer(1985), Nogueira(1990), Enguita(1989), Franco(1990).

Trata-se de uma formação, que na sua proposição mais avançada se articula com a perspectiva de superação. Kruenzer, 1995, é na existência efetiva do homem que se descobre o que ele é verdadeiramente; o ponto de partida “são os homens, não isolados nem fixos de uma qualquer forma imaginária, mas apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas”. (Marx e Engels. A ideologia alemã. A base concreta da essência do homem é a “soma de forças de produção, de capitais, de forma de relações sociais que cada indivíduo e cada geração encontram como dados já existentes “. São essas condições que permitam a subversão das forças produtivas existentes (Ibidem. p.49).

Assim, não há mais essência divorciada de existência; o homem se define essencialmente pela produção, pelo trabalho, desde que começa a produzir define-se como humano, distinto dos animais e ao transformar a natureza e produzir-se a si mesmo, faz história, que é a da produção da vida material a partir da produção dos meios de existência.

Ele define o que diferencia o trabalho humano do animal; a possibilidade de concebe-lo criá-lo, a partir de determinado fim. Ao trabalhar além do

necessário para se reproduzir, o trabalhador gera um excedente quantitativo de trabalho - a mais-valia; a extração de mais-valia é a forma capitalista de produção de mercadorias. Ou seja, no capitalismo, o trabalho assalariado é a fonte geradora de mais-valia, e nesse sentido de reprodução das suas próprias condições de exploração, na medida em que, reproduzindo o capital em escala ampliada, reproduz também o operário.

O artesão deixa de executar todo o ciclo de trabalho, o qual conhecia a fundo e se revestia de um particular interesse por ser um trabalho criativo e até certo ponto artístico. Essa força produtiva coletiva só aparece quando os operários entram em cooperação, quando deixa de pertencer a si mesma para pertencer ao capital; ela só é possível por ação do capital.

No capitalismo a cooperação aparece como força produtiva do capital, como forma de extração de mais-valia.

Começa aí a história de desqualificação do trabalhador que tem na manufatura, como sua forma característica de divisão do trabalho, a causa principal apoiada evidentemente, na extração da mais-valia. O trabalhador fica despojado de todo interesse; o trabalhador passa a ser dominado pelo instrumento de trabalho, que se confronta com ele sob a forma de “capital morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure”(MARX E ENGLS)

Apesar de todas as suas limitações a escola é vital para o trabalhador e seus filhos, na medida em que ela se apresenta como uma alternativa concreta é possível de acesso ao saber.

Algumas vezes, a pessoa com deficiência mental encontra dificuldade para seu ingresso numa instituição educacional, pois seu número é reduzido, tendo poucas vagas e as instituições não conseguem atender ao grande número de jovens que dela necessitam.

A escola, como qualquer instituição social, não pode ser pensada como se existisse autônoma e independente da realidade histórica-social da qual é parte. Não pode ser pensada como se estivesse isolada por uma “muralha” do conjunto das demais práticas sociais, mesmo quando os saberes transmitidos são vagos, abstratos, assumindo a aparência de independência frente aos condicionantes

sociais. Ao contrário, a escola é parte integrante e inseparável do conjunto dos demais fenômenos que compõem a totalidade social. A escola, bem como a sociedade que a inclui, “não é algo dado e acabado e sim o produto de relações sociais, o produto da prática social de grupo e de classes. Por isso mesmo ela pode ser transformada. Resta saber o grau, a natureza e a direção dessa transformação possível da escola. Significa que agir dentro da escola, modificar as atuais práticas pedagógicas, é contribuir simultaneamente tanto para a transformação da escola quanto da sociedade.

A escola deve ser um instrumento para “situar o cidadão no âmbito da sua atualidade”. E, ao fazer isto, possibilita aos indivíduos desenvolver habilidades, que lhes permitam o desempenho de atividades, capazes de garantir condições de sobrevivência a si, a sua família e ao grupo social ao qual pertencem.

O trabalho escolar deve ser repensado, em função do compromisso do educador com a formação do aluno e com a transformação social. (Franco. A educação é um processo onde nada está acabado, perfeito, onde a dúvida, o estudo, a busca, permeiam todo espaço de práticas pedagógicas, num constante repensar e refazer, para cumprir a real função da escola.

A escola é uma instituição que tem como função transmitir o conhecimento sistematizado, possibilitando, assim, ao aluno compreender melhor a realidade, atuando sobre ela e transformando-a. Tem como finalidade assegurar oportunidades de formação necessárias ao desenvolvimento das potencialidades do educando como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício da cidadania.

“Rejeitar estes conhecimentos, rotular de ideologia burguesa todo o domínio escolar do letrado, do científico e do técnico, é para o proletário enfraquecer-se perigosamente. Admitir engolir tudo quanto lhe propõe, tal e qual, é trair-se. Trata-se, pois, de operar uma revisão crítica, uma reavaliação crítica da escola”. (SNYDERS, 1977 p. 347).

Já Gramsci está preocupado com o cidadão/trabalhador que seja capaz de ser a totalidade da sociedade como totalidade histórica concreta e que se torne capaz de, com sua prática, transformá-la. E para isso não basta que o operário se

qualifique tecnicamente; ele precisa se educar para ser “governante” e a sociedade deverá colocá-lo “ainda que abstratamente, nas condições gerais de poder fazê-lo”. (GRAMSCI, 1978 pg.137).

III CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA EM SEUS DIVERSOS ASPECTOS (DESCRIÇÃO DA REALIDADE DA ESCOLA)

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Segundo informações coletadas por esta equipe de estudo,(Proposta da Educação Especial - 1989 1992) o município de Curitiba apresenta uma superfície de 431 quilômetros quadrados com mais ou menos 1.290.142 habitantes (1991). Sendo atualmente seu modelo produtivo a indústria, comércio e serviços.

Teve um povoamento espontâneo formado por paulistas (vindo à procura de ouro) e imigrantes alemães, italianos e poloneses . Caracterizando, inicialmente a sociedade como patriarcal, latifundiária e escravocrata. Com o passar dos tempos, esta sociedade foi se desenvolvendo e modificando em sua totalidade, gerando grande crescimento demográfico, aumento de problemas sociais e administrativos.

Neste contexto, localiza-se o Bairro Boqueirão, onde se localiza a Escola Especializada Wladimirna Antipoff ocupando uma área de 1.480,2 hectares, limitando-se com os bairros Uberaba, Xaxim e Vila Hauer, Alto Boqueirão e com o Município de São José dos Pinhais. Sua população é aproximadamente 98.000 habitantes.

3.2 CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal Especializada, Helena Wladimirna Antipoff com uma área construída de 1.935,68 metros quadrados localiza-se à Rua Joaquim Cardoso da Silveira, s/nº, no Conjunto Moradias Belém, no Bairro Boqueirão. Curitiba-Paraná.

Foi criada através do decreto nº 143/92, tendo iniciado suas atividades no dia 24/09/92. Constituindo-se numa Instituição Escolar de Educação Especial conforme o Artigo 46, parágrafo único da Deliberação 020/86 do CFE do Estado do Paraná, apresenta uma proposta educacional visando o atendimento de educandos com necessidades educativas especiais e um trabalho de apoio às suas famílias, provenientes preferencialmente desta região e áreas circunvizinhas, tais como: Alto Boqueirão, Uberaba, Xaxim e Vila Hauer. Esta Escola tem capacidade para atender até 300 educandos e conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais para os atendimentos a três modalidades. Programa de Estimulação Essencial e Pré-Escolar, Programa de Ensino Especializado Escolar e Programa de Habilitação Profissional. A efetivação da matrícula do aluno nos programas acima referidos se faz mediante a apresentação de documentação própria e análise criteriosa dos resultados da avaliação diagnóstica.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

Os educandos atendidos pela Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff são pessoas com necessidade educativas especiais, na área de Deficiência Mental e/ou consideradas de alto risco.

Grande parte dos educandos é proveniente de famílias numerosas, morando em casas adquiridas pelo Sistema Financeiro Habitação, ou por meio de ocupações, cuja renda não excede a 3 salários mínimos, sendo esta muitas vezes construídas pelo trabalho de mais de um membro da família. Assim sendo, os filhos permanecem sozinhos ou sob cuidados de um irmão mais velho, quando este ainda não participa dos proventos familiares, ou sob os cuidados de uma pessoa que não apresenta preparo adequado para assumir esta tarefa. As famílias em geral são participantes de credos diversos, com nível de escolaridade situado no 1º grau completo ou incompleto.

3.4 - MODALIDADES DE OFERTA DE PROGRAMAS

3.4.1 PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL E PRÉ-ESCOLAR

Tem capacidade para atender 68 crianças nos turnos manhã e tarde. As crianças chegam a Escola, encaminhados pelo setor de avaliação dos Núcleos Regionais de Educação, serviços médicos hospitalares, Departamento de Educação do Estado, Escolas Especializadas, Secretaria Municipal da Criança, Posto de Saúde, médicos pediatras e neuropediatras e outros serviços da comunidade.

A clientela da Estimulação Essencial e Pré-Escolar é assim caracterizada:

- idade - 0 a 6 anos e 11 meses.
- crianças consideradas de alto-risco devido a fatores biopsicossociais.
- crianças portadoras de deficiência mental em níveis moderado e severo, sem comprometimento sensorial ou distúrbios severos de comportamento, que venham necessitar de metodologia e instrumental específico para seu atendimento.

TIPOS DE ATENDIMENTO

a) Intervenção terapêutica - educacional:

- idade : 0 a 2 anos e 11 meses
- forma: individual
- periodicidade: semanal (30 minutos)
- capacidade de atendimento: até 20 crianças
- Orientação familiar

b) Intervenção pedagógica:

- idade : 3 a 6 anos e 11 meses
- forma: grupal
- periodicidade : diária
- capacidade para atendimento: até 48 crianças (4 turmas por turno, com no máximo 6 alunos)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA INSERÇÃO DA CRIANÇA NO PROGRAMA.

a) - Triagem

Momento em que são analisadas as características gerais sobre a criança, com objetivo de verificar se as mesmas correspondem à clientela que a Escola tem como proposta atender, sendo encaminhadas aquelas cujas peculiaridades necessitam de outros serviços prestados pela comunidade.

b) Entrevista familiar (anamnese)

c) Avaliação de Ingresso no Programa.

As crianças que possuem idade compreendida entre 0 e 3 anos são avaliadas por fisioterapeuta, fonoaudióloga e psicóloga de modo a formar-se um referencial inicial das aquisições até então alcançadas pela criança nas áreas motora de comunicação, sócio-emocional, cognitiva e sensório-perceptiva.

3.4.2 PROGRAMA DE ENSINO ESPECIALIZADO ESCOLAR

O Programa de ensino especializado escolar tem capacidade para atender até 116 alunos nos turnos manhã e tarde.

a) Critérios para ingressa no programa:

- Apresentar deficiência mental moderada ou severa;
- Ter idade cronológica entre 7 e 25 anos;
- Não apresentar outras deficiências graves associadas;
- Compromisso da família como co-responsável no desenvolvimento de seu filho;
- Apresentar relatório de avaliação psicoeducacional.

b) Triagem

- Entrevista inicial de informação, com o aluno e com a família
- Levantamento da realidade sócio-econômica.
- Análise do relatório de avaliação psicoeducacional.
- Encaminhamento para efetivação da matrícula no Programa de Ensino Especializado Escolar da Escola Municipal Especializada Helena Waldimirna

Antipoff ou para outros locais quando não atender os pré-requisitos para o ingresso.

A triagem é realizada pelos profissionais: Assistente Social, Psicólogo e Pedagogo do programa.

c) Avaliação Familiar:

É realizada pela psicóloga e Assistente Social do programa visando uma melhor compreensão das relações e inter-relações da família com o educando e este com a família.

d) Estudo de Caso:

É realizado pela equipe multidisciplinar : Coordenadora, Pedagoga, Psicóloga, Fonoaudióloga, Fisioterapeuta, Assistente Social e professoras quando solicitados.

MONTAGEM DE TURMA

Os alunos são organizados em níveis como referência para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido pelo professor. Constitui-se como característica fundamental o aspecto “interativo do desenvolvimento”, tanto na relação com objetos, quanto com pessoas, pois é fundamental para o desenvolvimento social, cognitivo, linguístico e motor.

A estrutura curricular do Ensino Especializado Escolar orienta-se segundo as áreas do desenvolvimento e as áreas do conhecimento.

3.4.3 PROGRAMA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Com capacidade para 132 alunos nos períodos manhã e tarde, com idade a partir de 14 anos frequentadores ou egressos de Classes Especiais e do Programa de Ensino Especializado Escolar desta Escola (por apresentar os pré-requisitos para ingresso na Habilitação Profissional), alunos estes com deficiência mental leve.

REQUISITOS PARA INGRESSO

- Ter idade acima de 14 anos;
- Apresentar deficiência mental leve;
- Não apresentar quadros psicopatológicos associados a convulsões não controláveis.
- Ser frequentador ou egresso de Classe Especial (sem ter retornado para o Ensino Regular) ou do Programa Especializado Escolar desta Escola.

- Apresentar avaliações Psicopedagógicas;(anteriores, ou feitas no ato de ingresso pela equipe da escola
- Apresentar avaliações anteriores ou atual do professor da turma e da equipe da Escola ou programa de origem, conforme os padrões estabelecidos quando este for do E.E.E.(Ensino Especializado Escolar).

3.5 - RECURSOS

a) Humanos

Equipe Pedagógica Administrativa

Diretor	1
Vice-Diretor	1
Chefe de Serviço de Apoio	
Administrativo	1
Orientador Educacional	3
Supervisor Escolar	3

Equipe Administrativa

Secretário	3
------------	---

Equipe Docente

Professor com Especialização em	
Deficiência Mental	56

Professor com Especialização em Deficiência Visual	2
Professor de Educação Física	2
Equipe Terapêutica-Educacional	
Assistente Social	2
Psicólogo	1
Fonoaudiólogo	0
Fisioterapeuta	1
Terapeuta Ocupacional	0
Avaliador/Pedagogo/Psicólogo	2
Equipe Auxiliar de Serviços	
Inspetores	4
Atendentes	2
Cozinheiras	1
Cantineiras	3
Auxiliar de Serviços Gerais	7

b) Físicos

Área Construída: 1.935,68 metros quadrados

Setor Administrativo:

Sala de Direção	1
Secretaria	1
Sala de Professores	1
Refeitório	1
Almoxarifado	1
Cozinha	1
Dispensa	1
Área de Serviço	1
Banheiros (com 6 sanitários, 5 lavatórios e 2 chuveiros)	5
Gabinete de Psicologia	3

Gabinete de Fonoaudiologia	4
Gabinete de Serviço Social	2
Gabinete de Fisioterapia	2
Gabinete de Terapia Ocupacional	1
Gabinete de Reeducação Visual	1

Setor Educacional

Salas de Pedagogos (O.E. e S.E)	3
Salas de Aula	21
Salas de Ed.Física/Psicomotricidade	1
Sala para Avaliação Psicoeducacional.	1
Banheiros (com 18 sanitários, 18 lavatórios 9 chuveiros e 1 banheiro)	5
Banheiros especiais (com 2 sanitários e 2 lava.)	2

c) Materiais

Mobiliários e Equipamentos
específicos para cada ambiente

Material de Consumo

Material de expediente

Material pedagógico em geral

Material de limpeza

Material de cozinha

Outros materiais

3.6- PROPOSTA CURRICULAR DO PROGRAMA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa de Habilitação Profissional foi criado de forma a oferecer ao indivíduo com necessidades educativas especiais as mesmas oportunidades sociais, educativas e de trabalho dos demais indivíduos, integrando-os nos aspectos temporal, educacional, social e cultural, respeitando as diferenças

individuais do cidadão consciente, produtivo e participante do processo de desenvolvimento social.

Idealizado com vistas ao atendimento de educando egressos ou freqüentadores de classe especial, no sentido de educação para o trabalho, habilitação profissional e conseqüentemente para o exercício de sua cidadania, o Programa iniciará com oficinas, nas áreas de Artesanato, Confecção, Cozinha Experimental, Plantas, Produção em Madeira, Serigrafia e a Pré-Oficina da Escola.

Estas oficinas levam em conta as necessidades do mercado e favorecem a amplitude das ocupações que melhor se adaptam a essa clientela, visto que é destinado a educandos freqüentadores ou egressos de classe especial e também oriundos de Programas de Ensino Especializado Escolar, da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff .

O programa atende a Legislação Brasileira no sentido de oportunizar a habilitação profissional do portador de necessidades educativas especiais, bem como sua integração no mercado de trabalho, seja formal ou informal conforme suas condições pessoais.

CONTEÚDOS E METODOLOGIA DOS PROGRAMAS

A - Conteúdos Acadêmicos:

Fazem as articulações entre a Classe Especial e o Programa de Habilitação Profissional, ou seja, do conteúdo acadêmico para seu uso funcional, e são trabalhados com todos os alunos da Escola.,

Linguagem:

Oral

- expressão de idéias
- transmissão de recados
- narrativas de fatos e acontecimentos

Escrita

- anotações de informações e experiências

- escrita de bilhetes e recados
- endereçamentos de correspondência
- preenchimento de recibos
- escrita pictográfica - através de símbolos
- assinaturas

Leitura

- de textos informativos
- de recados, documentos
- prazer (revistas em quadrinhos)
- do nome dos objetos em uso (textos informais)
- de outras linguagens: placas, gestos, etc.

Medidas:

- de tempo-ano,mes,semana,dia,hora e frações de comprimento metro e centímetro
- de capacidade - litro e ml
- de massa - quilo e grama

Cédulas e Moedas

- reconhecimento - uso no troco e pagamento (comercialização - compra e venda)
- renda familiar

Auto cuidado

- com a saúde
- prevenção de acidentes
- primeiros socorros
- hábitos à mesa
- higiene pessoal
- higiene do vestuário

Trabalho

Desenvolvimento de hábitos e atitudes inerentes: capricho, agilidade e destreza, baixo índice de erros, qualidade, responsabilidade, organização do ambiente, estética, atenção, acondicionamento de materiais, memória, rotina de trabalho, exatidão, tolerância, racionalização de materiais.
informações quanto ao mundo de trabalho e suas condições;
visitas a locais de trabalho;

Família

sexualidade;
planejamento familiar;
relações afetivas e de recíproca responsabilidade.

Orientação para o lazer

Lazer como expressão natural dos interesses e necessidades humanas, buscando satisfação durante o tempo livre.
A orientação para o lazer visa o uso sadio das horas de lazer.
As atividades podem ser assim agrupadas:
físicas ou funcionais, como jogos desportivos, as danças e a ginástica;
atividades musicais, canto e instrumentos;
arte e ocupações manuais;
atividades ao ar livre, tais como excursões, acantonamentos, estudo da natureza, jardins e outras;
atividades intelectuais como ler, escrever e jogos de habilidade mental;
atividades sociais.

B) Artesanato

1) - Conhecimento das ferramentas utilizadas:

pincéis, tesouras, pirógrafos, régua, alicates

denominações
características.

2) - Conhecimento dos materiais utilizados: papel, papelão, feltro, couro
denominações
características.

3) - Observação das normas de segurança no uso de materiais e
ferramentas: prevenção de acidentes.

4) - Reconhecimento e descrição do trabalho realizado:
finalidade
utilidade

5) - Conservação dos materiais:
limpeza
organização dos materiais
uso correto dos materiais

6) - Artesanato
uso nas diferentes regiões relacionadas às etnias e respectivas
culturas
conhecimento de diferentes técnicas
utilização de diferentes técnicas
acabamento em peças confeccionadas
conhecimento do material empregado em cada técnica.

7) - Visitas a locais de confecção e de consumo de produtos artesanais,
bem como de vendas de materiais para confecção destes produtos, e museus.

C) Confeção

1 - Conhecimento dos materiais e suas funções:
denominações
características
agulhas
diferentes tipos de tesouras
alfinetes

fita métrica

régua

tecidos

botões

colchetes

carbono

giz

aparelhos de passar

máquina de costura simples e *overlock* etc.

2 - Uso correto dos materiais:

uso dos materiais simples

manejo dos maquinários

conservação

3 - Normas de segurança

cuidado no uso das máquinas e materiais

iluminação

postura

prevenção de acidentes

4 - Acabamentos manuais:

pregar botões

caseados

desfiar tecidos

corte de tecidos

costura com e sem traçado

alfinetar

alinhar

confecção de barras

contorno de moldes com giz

transferência de desenhos para o tecido com carbono

recorte com uso de moldes

chuleado e cerzido

franzido

pregar rodízios em cortinas

5) - Acabamento à máquina

costura reta

zig-zag

overlock

pregar zipers

técnica de matelassê

forrar botões

pregar ilhoes

6) - Classificação e adaptação à costura em diferentes tipos de tecidos e outros materiais (couro, plásticos, etc)

7) - Uso de ferro de passar:

a vapor

simples para assentar a costura

para marcar barras

8) - Organização do seu próprio material e da oficina, de acordo com critérios criados.

9) - Visitas a locais de confecção e de venda de produtos utilizados para confecção

D) - Cozinha Experimental

1) - Higiene

do ambiente

dos alimentos

dos utensílios

do vestuário

pessoal

2) - Procedimento para servir: alimentos

no lar

em festas

restaurantes

em lachonetes
auto-serviços etc

3) - Conhecimento e uso dos utensílios e eletrodomésticos:

eletrodomésticos
guarnições
utensílios domésticos

4) - Planejamento de cardápios

café da manhã
lanche
almoço
jantar
festas
orçamento do cardápio
escolha dos ingredientes
escolha dos alimentos conforme a época de colheita
separação dos utensílios a serem utilizados
compra dos ingredientes

5) - Conhecimento e uso de condimentos

ervas
especiarias
temperos

6) - Técnicas de preparo de alimentos

banho-maria
refogado
assado
gratinado, etc

7) - Conhecimento do valor nutritivo dos alimentos

8) - Preparo de alimentos e bebidas

massas
doces
salgados

docinhos miúdos

salgadinhos

geléias

carnes

legumes

verduras

sucos

aperitivos

chás

café

chocolate

vitaminas, etc

9) - Aproveitamento e reaproveitamento de alimentos

sobras

folhas

sementes, etc

10)- Conservação dos alimentos

tipos

tempo

cuidados especiais

congelamentos

conservas

11)- Apresentação e decoração de pratos

arte na decoração

boa apresentação

12)- Organização do ambiente de trabalho

separação dos materiais

disposição dos eletrodomésticos

13)- Visitas a locais de trabalho

lanchonetes

supermercados

restaurantes
panificadoras
fábricas de alimentos
confeitarias, etc.

E) Plantas

1) - Conhecimento dos ferramentas e materiais utilizados

enxada
pá
cortadeira
ancinho
sacho (espécie de garfo pequeno para jardinagem)
pulverizador
garfo
enxadão
regador
aparador de grama
mangueira
vestimenta adequada (máscara, luva, chapéu, bota, etc)

2) - Uso dos ferramentas e materiais

uso correto
manejo
conservação

3) - Normas de segurança

utilização correta dos ferramentas e materiais
prevenção de acidentes
postura correta

4) - Planejamento e execução de hortas, jardins e vasos

escolha do local ou vaso
organização de tabela com época de plantio a colheita de flores e hortaliças

escolha das sementes (frutas, verduras, legumes, ervas, plantas medicinais, flores)

testagem das sementes

organização da sementeira

preparo do terreno

escolha e aplicação do adubo

plantio e transplante de mudas

identificação de pragas

aplicação de inseticidas e fungicidas

tratos culturais

rotação de culturas

colheita - maneira correta

5) - Arranjos

escolhas das plantas ou flores

aplicação de técnicas apropriadas para o preparo das plantas ou flores

montagem dos arranjos

6) - Visitas a locais correlacionados a hortas, jardins e de comercialização dos produtos produzidos para tal

F) Artesanato Em Madeira

1) - Conhecimento dos materiais, maquinários e ferramentas necessários (denominação , características)

tipos de pregos

cola

parafuso

tipo de madeiras

*pinho

*imbuia

*cerejeira

*mogno etc

aglomerados e compensados

tipos de tintas

lixa

tipos de serra

metro

furadeira

pirógrafo, etc

2) - Uso dos maquinários, materiais e ferramentas

uso correto

manejo dos maquinários

conservação

3) - Normas de segurança

cuidado no uso dos maquinários e ferramentas

prevenção de acidentes

postura

4) - Utilização de madeira

planejamento do trabalho

escolha da madeira

montagem de peças

*medir

*lixar

*furar

*serrar

*montar

*pregar

*colar, etc

acabamento de peças

*lixar

*pintar

*decorar, etc

*consertos e reformas

G) Serigrafia

- 1) - História da serigrafia
 - precursores
- 2) - Características da serigrafia
 - conceito
 - tarefas do serígrafo
 - importância da ocupação
- 3) - Etapas do processo serigráfico:
 - preparação dos originais (arte final)
 - classificação das malhas serigráficas
 - preparação dos quadros
 - estiramento da malha
 - preparação da matriz
- 4) - Técnicas da gravação de matrizes
 - tipos de emulsão
 - preparação da emulsão
 - aplicação
 - secagem da emulsão
 - tempo de exposição da fotografia
 - revelação
- 5) - Equipamentos serigráficos
 - conhecimento do material utilizado
 - *nomenclatura
 - *utilização
 - uso do material
 - *escolha do material a ser estampado e do motivo
- 6) - Tintas serigráficas
 - tipos de tintas
 - utilização
 - solvente
 - viscosidade

noções sobre cores

*classificação

*montagem da tabela de mistura

*mistura de tintas

7) - Impressão

colocação da peça na mesa

fixação da matriz na garra

operações para estampar

posição do serígrafo

tipos de material a ser impresso

impressão em superfícies planas

impressão em tecidos

noção em superfícies cilíndricas

cuidados com as matrizes

8) - Outras técnicas de impressão

noção de filme de recorte

moldes vazados

9) - Relação de materiais para se iniciar um pequeno laboratório

serigráfico artesanal

10)- Visitas a locais

serigráficas

gráficas

lojas de materiais serigráficos

H) Pré-Oficina

Conteúdos

Na Pré-oficina os conteúdos são os mesmos das demais oficinas, porém organizados no planejamento de acordo com as possibilidades de cada educando individualmente, sendo que o item de trabalho, contante dos conteúdos gerais, tem maior destaque, de maneira a não se perder o objetivo desta Pré-Oficina.

O Programa de Habilitação Profissional, da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff , tem capacidade para o atendimento de até cento e trinta e dois (132) educandos, divididos em dois períodos diurnos, ou seja, até dez educandos por Oficinas, sendo até seis para a Pré-Oficina.

A área de abrangência deste Programa compreende as Classes Especiais do Município de Curitiba, que têm como principais características um número máximo de 10 educandos com deficiência mental leve ou moderada por turma, com idade a partir de 14 anos atendidos por professor especializado.

O encaminhamento do educando ao Programa se faz através de órgãos municipais, Programa de Ensino Especializado Escolar desta Escola , pelas Escolas Municipais, pelo Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação ou por outros órgãos da comunidade, sendo que, para o ingresso do educando ao Programa há alguns critérios básicos a serem observados: .

- ter idade acima de 14 anos;
- ser portador de deficiência mental (leve ou moderada);
- não apresentar quadros psicopatológicos associados a convulsões não controláveis;
- ser freqüentador ou egresso de Classes Especial (sem ter retornado para o Ensino Regular) ou do Programa de Ensino Especializado Escolar desta Escola;
- apresentar Avaliação Psicopedagógica; anterior ou no ato de ingresso
- apresentar avaliação do professor da turma e da equipe técnica

da escola ou programa de origem, conforme os padrões estabelecidos quando este for oriundo do E.E.E.

Ao ingressar no Programa, o Assistente Social faz uma entrevista com a família, a partir da qual o educando passa por um período de experiência e adaptação, de uma semana em cada oficina, onde faz um rodízio, sendo continuamente avaliado.

Durante esse período são observados também os pré-requisitos apresentados pelo educando, os quais estão definidos em fichas próprias e devem constar no relatório trazido da escola ou programa de origem para aqueles que ainda a freqüentam. Conforme a análise do caso pela equipe multidisciplinar (professor, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, pedagogo, psicólogo, assistente social) no final deste período o educando é encaminhado a outro programa que atenda suas reais necessidades ou permanece na oficina para a qual demonstrou maior interesse e/ou habilidade.

Em cada oficina há um professor cuja prática norteia-se pela análise da auto-construção da realidade humana, no decorrer de suas relações com o espaço e tempo. O desenvolvimento do Programa está voltado ao educando, no sentido de auxiliá-lo na escolha de uma ocupação profissional, na qual possa obter maior rendimento, aproveitamento, produção e participação no seu meio, apresentando-se à sociedade como um indivíduo que não deseja atitudes paternalistas ou caridosas, mas sim oportunidades para mostrar sua capacidade.

Neste desenvolvimento não se pode esquecer que o planejamento é individualizado, interdisciplinar e realimentado sistematicamente, de maneira a oferecer a todos, iguais oportunidades.

Todo o processo de desenvolvimento do educando em cada uma das Oficinas e Pré-Oficinas vai sendo avaliado continuamente e pressupondo também a participação constante da família. Este acompanhamento longitudinal é que permite a comparação do educando com ele mesmo.

Pelas características próprias de cada oficina, há conseqüentemente um encaminhamento específico com relação aos conteúdos desenvolvidos nas mesmas.

A) Artesanato

Com o crescimento e expansão industrial na civilização ocidental, acreditava-se no desaparecimento progressivo das atividades artesanais. No entanto, cresceu paralelamente à indústria e sua preservação passou a ser

preocupação permanente de estadistas e administradores e passa a ser visto como um empreendimento altamente econômico.

O artesanato continua sendo um método essencial de produção e manufatura por produzir artigos artisticamente superiores aos fabricados pela máquina e, em muitos casos, pode ser atividade essencial à produção de bons artigos, sem esquecer os hábitos transmitidos de geração a geração, de preferência por produtos artesanais. É uma atividade humana vinculada aos hábitos, costumes e estilo de vida, pois caracteriza-se como meio de vida, oportunidade de sobrevivência executada com fins comerciais e acentuado índice de manualismo e que pode ser dividido em quatro grupos:

1) Artesanato Utilitário

Que compreende os bens de produção, ou seja, de utilização indireta como máquinas, equipamentos, ferramentas, enfim, implementos de trabalho em geral e bens de consumo de utilização direta para a vida em seu condicionamento ao meio, como tecelagem, cerâmica, cesteira, artesanato de couro, metalurgia, marcenaria, carpintaria e outros.

2) Artesanato Artístico

Compreende os bens de utilização acessória como bordados, artes gráficas, pinturas, etc.

3) Artesanato Lúdico

Abrange manifestações de arte que visam a recreação, o deleite, o lazer, como as bonecas de pano, bruxas, piões, etc.

4) Artesanato Misto

Nele, estas finalidades aparecem confundidas no produto, uso ou atividades.

Estes grupos podem ser trabalhados ao mesmo tempo na Oficina, desenvolvendo suas próprias técnicas, valorizando ao máximo a manufatura, a arte e a criatividade de cada educando individualmente ou no conjunto, utilizando para tanto materiais variados e respeitando a especificidade e possibilidades de trabalho de forma a reconhecer o artesanato como uma expressão valiosa de

nossa cultura e fonte de trabalho e de renda para um grande contingente de nossa população.

B) Confeção

Ao se fazer um retrospecto sobre os programas realizados na indústria de confecção, veremos que, em todas as fases da civilização, o engenho humano procurou abundantes recursos que viessem a satisfazer sua necessidade de se proteger do meio, criando a estética.

Da nudez nativa, a humanidade foi se desenvolvendo, usando primitivamente a pele de suas presas e caçadas, a tosquia, em seguida a tecelagem, aperfeiçoando, assim, seus agasalhos. Entrou no ciclo agrícola com os têxteis vegetais, até os sintéticos. E, a partir daí, a indústria da confecção foi abrindo cada vez mais o seu campo, principalmente pelo apoio da própria moda, que é transitória e fugas, caracterizando um estilo nas vestimentas e guarnições.

Trabalhar na área da confecção é ter um campo muito amplo de trabalho e para iniciar a prática do educando é necessário que ele receba orientação segura em relação ao sentido prático, despertando suas próprias iniciativas, gosto pela execução de seu próprio vestuário, conservação e confecção de peças para comércio.

Para o início do trabalho de confecção é preciso conhecer os passos de costura básica e os materiais a serem utilizados, bem como seu uso correto, passando em seguida para a confecção propriamente dita.

Todo este processo requer muito cuidado e atenção, por isso é importante que se inicie com trabalhos mais simples, aumentando gradativamente as dificuldades, ou seja, sempre que um passo for vencido, passa-se para o seguinte. Paralelamente vai se trabalhando aspectos ligados à postura ao futuro trabalho.

C) Cozinha Experimental

O homem pré-histórico alimentava-se do que a natureza lhe oferecia ou do que ele conseguia extrair desta, sem o cozimento dos ingredientes, animais de

todas as espécies, plantas, frutos, cujo sabor ela passou a apreciar através de suas experiências.

A arte culinária nasceu quando o homem aprendeu a servir-se do fogo, sendo seus utensílios os espetos e pedras côncavas, desenvolvendo-se no decorrer da história, portanto, acompanhar a história da culinária de um povo é, de certo modo, acompanhar a história da civilização.

A partir do momento em que o homem fez da cozinha uma arte, esta foi transportada para o mercado consumidor, gerando empregos e tornando à procura de mão-de-obra neste setor, uma constante.

O portador de deficiência mental tem potencial para aprendizagem e posterior trabalho relacionado à culinária. Esta aprendizagem se processa na Cozinha Experimental, onde são observados e desenvolvidos conteúdos que o ajudarão na futura colocação no mercado de trabalho e na participação das tarefas familiares.

O desenvolvimento dos trabalhos na Cozinha Experimental consiste numa complexidade de etapas, que vai desde o conhecimento da cozinha em si, até o de seus utensílios, alimentos, técnicas de preparo de receitas, organização de tabelas, cardápios, decoração, conservação, verificação da boa aparência dos alimentos, compra dos ingredientes, maneira de servir as refeições, o que facilitará o fazer do ajudante de cozinha.

No início, até que se obtenha a prática, é importante a elaboração de tabelas e receituários, mesmo que, com escrita pictográfica de apoio ao principiante, de modo a não desperdiçar alimentos, fazer a equivalência de peso e outras medidas, mantendo-as sempre à mão, para consultá-las sempre que se fizer necessário.

A iluminação, segurança, armazenamento de alimentos, disposição dos utensílios, ventilação, água, higiene, também devem ser levados em conta na organização da cozinha, dando a clareza de que saber cozinhar não significa somente acrescentar ingredientes na panela e aguardar o seu cozimento. Cozinhar é também todo um processo que requer muitos conhecimentos e prática.

Esta prática se adquire no dia-a-dia do educando, quando ele passará por todo este processo, de maneira concreta, confeccionando os alimentos de seu receituário, fazendo a comercialização destes, servido-os, organizando seus materiais de acordo com a mediação do Professor que leva em consideração aquilo que o educando já traz de casa ou da própria escola, com relação a esta área, para, a partir daí, continuar ou aperfeiçoar seus conhecimentos.

D) Plantas

Desde os tempos mais remotos, a horticultura, a jardinagem, sempre ocuparam papel preponderante no cenário econômico de qualquer país.

Para se colocar em prática um programa de hortas e jardins é necessário o conhecimento das ferramentas e materiais usados, bem como a sua conservação de modo a prevenir acidentes.

O planejamento da horta ou jardins requer muito do professor e dos educandos. Nada se pode perder de vista. A escolha ou aproveitamento do local onde será construída a horta ou jardim vem seguido de pesquisa e do estudo sobre diversas hortaliças, ervas e flores que possam ser comercializadas com facilidades e produzidas naquele espaço.

A aquisição de boas sementes e a testagem destas é um procedimento necessário para que tempo e material não sejam desperdiçados, bem como a conservação de uma sementeira para hortaliças, ervas ou flores que precisam ser transplantadas em canterios ou vasos, sem esquecer de identificá-las, de aguar e cuba, de forma a manter a umidade do solo, fazendo assim os tratamentos culturais necessários, pois este solo precisa de tratamento adequado, bem como as plantas. Quando se identifica nelas alguns tipos de praga ou doença, é preciso aplicar o controle biológico, preferencialmente ou em alguns casos o inseticida ou fungicida.

O capinar, trocar a terra, podar, etc, são tratamentos diários a serem observados como os demais, levando-se em consideração a especificidade de cada técnica a ser empregada.

Na hora da colheita, o educando pode sentir melhor o produto do seu trabalho e a qualidade deste, fazendo as ressalvas necessárias para a melhoria de próxima cultura e prestação dos serviços à comunidade e comercialização do produto, ou então no caso da plantas para desidratar, é aí que inicia o trabalho, com técnicas específicas para a colheita, secagem, tingimento, etc, até a confecção dos arranjos ou embalagem para a comercialização das servas medicinais.

E) Artesanato Em Madeira

A madeira, desde o surgimento do universo, sempre esteve presente, por ser extraída da própria natureza.

Tem sua utilidade nos objetos usados pelos homens primitivos, na descoberta do fogo, mais tarde na construção de moradias, móveis, papel (pasta de celulose) etc. Seu campo de uso, foi sendo ampliado gradativamente, nos diferentes estilos de móveis e adornos de cada época. Hoje, o campo para o beneficiamento e utilização da madeira é muito grande sendo que a confecção de objetos de madeira, na atual situação econômica, tornou-se uma opção rentável, no sentido de que suas peças são bem aceitas pelo mercado consumidor, principalmente pelo seu baixo custo, pois existe a possibilidade de reaproveitamento de amostras de madeira, bem como dos retalhos da mesma, que podem ser transformados em objetos de utilidades variadas e também belíssimos adornos.

É preciso que o educando, em etapas gradativas, aprimore seu conhecimento com relação ao emprego dos diferentes tipos de materiais, ou seja, que planeje o seu trabalho, escolha o material a ser utilizado e inicie a confecção do produto, inicialmente em cortes retos, mais simples, até chegar às forma curvas ou circulares. Montando o produto, o educando faz o acabamento adequado para o tipo de material e modelo escolhido. Os produtos podem ser decorados na própria oficina ou então, comercializados na forma bruta ou repassados a outras oficinas para tal.

F) Serigrafia

É um processo prático empregado na impressão em uma ou mais cores, de motivos dos quais pretendemos uma tiragem limitada, o que tornaria o processo dispendioso e oneroso, se realizado à mão livre. Oferece um campo amplo de aplicações, desde a estamperia de tecidos à confecção de cartazes, muitas vezes utilizados na publicidade e em artigos de decoração, como posters, calendários, etc.

Este processo dispensa o uso de material sofisticado e fornece um acabamento de qualidade, caracterizando-se como um trabalho comercial e artístico.

A principal vantagem do processo é que ele se presta à repetição em qualquer época, pois as matrizes podem ser guardadas e reutilizadas a qualquer momento. É aplicada com belos efeitos, na estamperia de peças que formem conjuntos, para rotular tecidos, papéis, madeira, e outros em séries.

Sabendo-se onde vai se aplicar a serigrafia, escolhe-se ou cria-se o motivo, iniciando preferencialmente com motivos simples, providenciando, a seguir, o material necessário: tintas, nylon, rolo, filme, tines, etc.

A serigrafia não permite os sombreados ou meios tons, pois é um processo chapado, o que aparece na preparação do *lay-out*, que é desenho original.

Tendo o *lay-out* pronto o próximo passo é a confecção do *out-line*, que é a cópia do motivo em traços finos e firmes, feitas com tinta no papel vegetal.

A seguir é feita a separação das cores, usando um folha de papel vegetal para copiar cada cor também em nanquem.

É importante limitar o número de cores, pois o preço do trabalho aumenta de acordo com o número de cores.

Terminando o trabalho com a separação da cores, passa-se à construção da matriz, cortando igual número de pedaços de filmes quantos forem os de papel vegetal. Em seguida, procede-se ao recorte da película, seguindo os contornos do desenho no papel vegetal, de modo a que o desenho vá ficando vazado, como uma espécie de negativo do desenho.

Terminando o recorte, estica-se o nylon na moldura, pois para uma boa impressão é preciso que esteja muito bem esticado e procede-se a colagem do filme, retorcendo onde for necessário e deixando secar após a retirada do acetato. É importante também retocar a vedação para evitar vazamento nas laterais.

Depois de todo este trabalho é só preparar a mesa e iniciar a impressão com tinta e rodo, uma vez para cada cor. Acabada a impressão é só deixar o material secar e limpar a matriz.

G) Pré - Oficina

O ser humano apresenta em seu desenvolvimento potencialidade, muitas vezes não exploradas, que só se tornarão ativas quando estimuladas adequadamente, respeitando o indivíduo na sua totalidade e bem como suas possibilidades de trabalho.

A pré-oficina visa o preparo do educando que chega ao Programa de Habilitação Profissional, freqüentador ou egresso do Ensino Especializado Escolar e Classes Especial, sem hábitos e atitudes básicas para o ingresso numa oficina de profissionalização.

É preciso observar as habilidades que possui e empregar esforços para aprimolá-las, bem como, medir o desenvolvimento de nova.

O educando faz trabalhos deversificados de artesanato, cozinha, serigrafia, confecção, com plantas e em madeira, durante os quais o professor vai observando nas atividades desenvolvidas, a área para qual suas habilidades estão mais voltadas de forma a ir direcionando o trabalho com o educando, mais especificamente para esta área.

Paralelamente, todos os hábitos e atitudes relacionados ao trabalho vão sendo desenvolvidos no educando até o momento em que ele esteja preparado para o ingresso numa oficina.

Além dos conteúdos específicos de cada oficina, não podemos deixar de lado aqueles que são comuns a todas e que vão sendo trabalhados paralelamente aos demais. A linguagem é vista como o elemento fundamental na

relação professor X educando, fazendo a medição entre conhecimento, tempo, espaço e corpo. É através dela que o educando mostra a sua vivência de trabalho dentro da família e eu meio social, o que vai sendo aprimorado no Programa com conteúdos funcionais para a vida do futuro trabalhador.

A utilização de diferentes medidas na movimentação e compreensão do processo acadêmico que envolve a especificidade de cada oficina e uso do dinheiro, seja na comercialização de produtos produzidos, na compra de materiais ou no valor atribuídos a estes produtos no mercado externo estão presentes no dia-a-dia das oficinas fazendo a relação com a realidade do mundo capitalista, de forma prática e reflexiva.

É muito importante que as dificuldades sejam aumentadas gradativamente, na medida em que o educando vai vencendo as anteriores, sem perder de vista o desenvolvimento de hábitos e atitudes inerentes ao trabalho, ou seja, os aspectos de postura do educando frente ao futuro trabalho que precisa estar sempre sendo observado, não só dentro da oficina, mas também nas atividades relacionadas ao lazer.

A utilização dos momentos livres para o equilíbrio do corpo da mente é indispensável para que o indivíduo possa interagir no seu meio pois o desenvolvimento do ser humano como ser social só se processa na relação total do seu "Eu" com o meio, isto depende diretamente da ação por ele concretizada, do movimento no contexto de suas expressões, tendo o corpo como referencial deste processo, fazendo desta maneira, com que esta relação total e diacrítica entre o indivíduo e o meio oportuniza o desenvolvimento da consciência corporal. O processo aí coloca-se como um mediador e dinamizador deste processo, valorizando as situações coletivas, as relações interpessoais e intergrupais, seja na dança, na música, nos jogos, no teatro, na ginástica, nas atividades intelectuais.

Importante é também a opinião de CUTTEH: "O problema da criação da riqueza está praticamente resolvido. O que temos pela frente, agora é o da adequada utilização do lazer. Ensinamos ao homem como fazer dinheiro, mas não como gastá-lo. Ensinamos ao homem como obter horas livres, mas não como

empregá-las. O bom uso do lazer foi elemento preponderante em todas as civilizações que sobreviveram, ao passo que, seu mau emprego levou à ruína as civilizações que desapareceram da face da terra. Estamos, pois, frente à mais séria prova moral da história, e a moralidade é o primeiro baluarte a cair na batalha de qualquer civilização. A decadência de todos os povos começou com a corrupção dos costumes”.

Estudamos, treinamos, trabalhamos, lutamos e economizamos para dispor de tempo livre e recursos com que o realizamos muitos de nossos sonhos de criança e juventude: escutar música, ler bons livros, praticar algum esporte, passear, fazer novos amigos, conhecer a natureza e tantas outras coisas. Mas, quando a oportunidade se apresenta, descobrimos que não estamos preparados para utilizá-la: nós e a sociedade.

O emprego adequado da horas livres é de suma importância para o homem, para sua saúde, para ao seu caráter e para a vida da comunidade. Cabe a nós, a obrigação de criar os meios apropriados para a sua consecução

As oficinas podem executar formas de prestação de trabalho a terceiros (subcontrato, terceirização e outros), compatíveis com a condição dos educandos naquele momento, sem que a empresa ou pessoa encomendante do serviço tenha obrigação ou encargos sociais. Para tanto, é feito o contrato através da Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola e de acordo com as vias legais da Prefeitura Municipal de Curitiba. Desta forma o educando tem oportunidade de vivenciar diferentes ofertas do mercado de trabalho, o que se constitui num componente básico para a integração com a realidade do campo profissional.

Para que este trabalho seja ainda mais completo, há o atendimento terapêutico educacional, que se faz paralelamente as oficinas, destinado aos educandos que dele necessitem, seja em psicoterapia, fonoaudiologia, fisioterapia ou terapia ocupacional. Cada um destes profissionais desempenha a sua função específica, tendo em vista o enfoque multidisciplinar do Programa, mantendo para tanto um elo de ligação entre esta equipe, concentrando através dos estudos dos

casos atendidos, cuja organização fica a cargo do Orientador Educacional, Supervisor Escolar e de Assistente Social.

A este último cabe, além da sondagem da situação sócio econômico da família, a atuação na comunidade empresarial, fazendo, pesquisa de mercado e buscando formas de trabalho encaminhando o educando a cursos, estágios na comunidade e colocação no mercado de trabalho, em conjunto em a família, de forma a estabelecer com esta a importância de sua participação em todo este processo.

O Psicólogo do Programa vai enfatizar o trabalho de auto-afirmação, vínculo com o trabalho e papel do indivíduo como trabalhar, sempre com a participação da família.

A supervisão, orientação e auxílio, no sentido de fazer subsídios ao professor em sua ação pedagógica junto ao educando, ficando a cargo do Orientador Educacional e do Supervisor Escolar, que também fazem o intercâmbio e articulação das informações trazidas da família e do trabalho do educando, seja pelo próprio educando, família, escola, Assistente Social ou Psicólogo.

Feito todo este trabalho e verificadas as reais condições do educando no sentido de ser inserido no mercado de trabalho, este é colocado em estágio. Para tanto, a empresa e o Programa precisam estar instrumentalizados, com um acordo ou convênio, para que ambas as partes tenham clareza da sua participação, responsabilidades e alcance do Processo que estão desenvolvendo em conjunto.

O local de estágio é verificado, bem como o tipo de tarefa a ser desenvolvida pelo educando. A seguir, a Equipe Multidisciplinar analisa as condições do educando no sentido de atender aos requisitos do Estágio e de suas tarefas.

Tendo condições de desempenhá-las, é feito o repasse à família do educando e firmado um Acordo de Estágio com o empregador. A partir de então, o educando passa a ficar um período no estágio e um período no Programa, recebendo reforço nas áreas ou pontos onde necessita.

O período de estágio é de três meses, sendo que durante este processo o educando é avaliado continuamente.

A partir do segundo mês é feita uma sondagem de sua possível contratação neste trabalho. Caso esta não seja possível, o educando e sua família são alertados e é procurado um novo local de Estágio. Por outro lado, quando é contratado ou inserido numa ocupação, o acompanhamento do seu desempenho continua sendo feito, em conjunto com a família, até o seu desligamento, a partir de quando perde o direito de retornar ao Programa, ficando a responsabilidade ao seu encargo e de sua família, visto ter alcançado a meta principal que o Programa de Habilitação Profissional se propõe.

É importante ressaltar que durante a permanência do educando no Programa, ele pode ser encaminhado a cursos na comunidade que venham a enriquecer seu desempenho frente ao trabalho, bem como a ser encorajado a tomar suas decisões, escolher suas atividades e sentir satisfação em ser um indivíduo participativo na comunidade. Isto reforça a necessidade do planejamento individualizado, adequado ao desenvolvimento do potencial, vivência e dificuldades específicas do educando, bem como de uma avaliação baseada na evolução do processo de habilitação do qual participa.

AVALIAÇÃO

A avaliação é aqui entendida como um processo contínuo e sistemático de obter informações, diagnosticar progressos, capacidades, habilidades, desempenho e necessidades do educando. Ele chega ao Programa com uma avaliação do Professor de Classe Especial e avaliação psicopedagógica, passando a seguir por uma entrevista com a Equipe Multidisciplinar, através da qual se faz uma avaliação da real situação do educando, o que se complementar durante o período de adaptação e experiência, onde se definirá a oficina na qual o educando permanecerá ou o Programa para qual será encaminhado na comunidade. Toda esta avaliação vai sendo registrada na decorrer do processo em fichas próprias.

A partir do momento em que o educando está inserido no Programa é por meio da avaliação diária e o fechamento desta semestralmente que vai se verificando o desenvolvimento do potencial, suas necessidades, responsabilidade e independência, contribuição e cidadania, alfabetização acadêmica, ajustamento pessoal e social, satisfação, saúde física e outros aspectos, nos quais se faz necessário um trabalho mais sistemático de atendimento terapêutico-educacional, de implementação do planejamento individualizado e de reversão do trabalho dos profissionais que com ele atuam. É um acompanhamento longitudinal, ou seja, o educando é comparado com ele mesmo. Para tanto é necessário que sejam traçadas metas pelo professor em conjunto com o educando, e revistas sistematicamente de forma que todos os resultados desta avaliação sejam discutidos pela equipe multidisciplinar e com o próprio educando. A família também precisa estar a par desta avaliação do educando, de forma a auxiliar no processo da construção do conhecimento e de inserção na sociedade.

O uso de diferentes instrumentos de avaliação é importante para se ter maior clareza neste processo. Instrumentos que favoreçam uma visão sobre as áreas de desenvolvimento que permitam a orientação aos pais e responsáveis e que tragam subsídios para discussão sobre o desempenho do educando, apontando o momento em que está preparado para participar de estágio na comunidade.

Uma vez inserido neste estágio (três meses), já no primeiro mês é feita uma avaliação por parte do empregador, colocando a sua visão sobre o desempenho do educando no trabalho.

Paralelamente, ocorre um acompanhamento do educando que faz sua auto-avaliação, manifestando suas dificuldades, ansiedades, satisfação e outras situações em seu trabalho.

Durante todo este processo de avaliação, são feitas reuniões da Equipe Multidisciplinar e o tempo de permanência do educando no Programa vai sendo definido pelas avaliações efetuadas.

É a avaliação que nos mostra a superação das dificuldades do educando e o momento de desligá-lo do Programa, após sua colocação em uma ocupação no mercado de trabalho.

3.7 - ANÁLISE DO LEVANTAMENTO DE OPINIÕES DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA SOBRE A PROPOSTA CURRICULAR

Utilizando como instrumento para sondagem das opiniões da equipe de profissionais da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff, pensou-se inicialmente em uma entrevista individual, podendo esta ser gravada, para agilizar o processo de levantamento de dados. Verificou-se que era inviável, pois os profissionais demonstraram receio de opinar publicamente. Partiu-se então para um questionário constando de 19 questionamentos (perguntas), sem a necessidade de identificação, que possibilitaria a espontaneidade e a liberdade de expressão.

Foram distribuídos para 20 profissionais, sendo: 1 pedagogo, 1 assistente social, 18 professores do programa da Habilitação Profissional.

Alguns imprevistos ocorreram na devolução dos mesmos, retardando a entrega das respostas pelos profissionais, alegando principalmente falta de tempo devido excesso de trabalho (2 meses aproximadamente) para o retorno dos questionários.

Dos 20 profissionais que receberam o questionário 15 foram devolvidos: o da Assistente Social, da Pedagoga e de 13 professores da Habilitação Profissional com as devidas respostas.

As respostas arroladas no item objetivos ou seja, posições apresentadas pelos respondentes sobre os objetivos da Habilitação Profissional estão listados segundo a forma apresentada pelos mesmos.

Os problemas apresentados nas respostas apontam para um número significativo de respondentes entendendo como sendo objetivos deste programa o desenvolvimento de habilidades com buscas a orientação e encaminhamento para o mercado de trabalho formal e informal. Este posicionamento demonstra

que os profissionais respondentes vinculam demasiadamente as atividades curriculares ao modelo produtivo formal e informal, o que pode gerar um esvaziamento de outras vivências significativas no currículo que não sejam adaptar o Pessoas com Necessidades Especiais ao serviço do capital. Com esse mesmo tipo de preocupação aparece também o desenvolvimento exploratório da comunidade, região e país.

Outro segmento numericamente importante foi o de respondentes que acreditam que além de habilitar o educando para o mercado de trabalho é importante a busca de sua autonomia no lar e na sociedade. Outro segmento de respondentes enfatizou a oferta das mesmas oportunidades sociais, educativas e de trabalho dos “ditos normais”respeitando as diferenças individuais o que implica num conceito de normalização.

Também aparecem como objetivos desenvolver a apreciação do trabalho, valorizando-o como meio de realização social e promoção social; o que implica em dimensões diferenciadas de currículos na busca de experiências significativas para o aluno.

Em termos qualitativos foram importantes para a formação global do aluno outros objetivos apontados pelos respondentes, tais como: Desenvolver a cooperação, espírito de trabalho em grupo e responsabilidade, a compreensão de que a escola do trabalho deve estar relacionada com as suas habilidades, o desenvolvimento das potencialidades globais do educando tornando-o mais independente, produtivo e participativo do processo social. Este tipo de posicionamento indica a preocupação por parte dos educadores na construção de um currículo perpassado por valores mais humanizadores que repercutem na participação social qualitativamente mais rica.

Embora em número não tão significativo também apareceram outras áreas de preocupação nos professores respondentes que denotam a busca de um currículo com ênfase no domínio psicomotor e perceptual, ou mesmo ênfase na aquisição de hábitos e disciplina no trabalho, o que aponta por uma concepção de currículo mais fragmentada e mecanista.

Indagados sobre se os objetivos citados estão sendo alcançados foi mais significativos o número de respondentes que se posicionou afirmativamente, o que implica na compreensão por parte desses educadores de um movimento dinâmico entre a proposição e a efetiva vivência dos objetivos propostos. Esse fator é importante porque o grau de frustração do educando é relativamente pequeno ao que a Instituição se propõe, gerando menos tensão e mais satisfação no trabalho direto com o aluno. Revela também que de formas diversas o educador tem obtido meios competentes para desenvolver o seu trabalho com o aluno.

Ao serem indagados sobre se o mercado de trabalho é receptivo aos alunos, os respondentes que se posicionaram negativamente ou seja, os que acreditam que o mercado de trabalho não é receptivo aos alunos Pessoas com Necessidades Especiais. Foram posição majoritária, apontando como causas para não receptividade: saturação do mercado de trabalho, “rotulação “da Pessoas com Necessidades Especiais , porque o potencial e a força de trabalho dessas pessoas são ignoradas, porque há falta de sensibilização, interesse e aceitação no meio empresarial, falta de conhecimento na área, pelos empregadores, concorrência e preconceito, barreiras sócio-econômicas e estruturais do país. Ainda nessa questão foi apontada a pouca receptividade, “alguns que conhecem a realidade se propõe a ajudar, mas existe muita instabilidade dificultando a permanência do individuo no trabalho”. A absoluta preponderância por parte dos respondentes de que o mercado de trabalho não é receptivo aos alunos da Escola, leva à necessidade de se pensar em termos curriculares em formas de discussão entre os profissionais da escola e instituições da comunidade que absorvem a força de trabalho com objetivos de superação da resistência na acertação da Pessoas com Necessidades Especiais no mundo do trabalho formal.

Entre as várias formas possíveis de estabelecimento de discussão com a área empregatícia da comunidade uma delas é desenvolver abordagens sistemáticas, prévias à inserção da Pessoas com Necessidades Especiais , como projeção de vídeos que enfoquem as dificuldades sociais enfrentadas por essas

peças à medida em que a sociedade os exclui. Outra forma possível é aproximar, através de visitas, os possíveis empregadores ao contexto da escola em contato direto com os alunos.

Ao serem indagadas sobre se o aluno sai preparado para enfrentar a vida, o mundo ou o mercado de trabalho os respondentes se situaram mais significativamente na posição de que o aluno sai com habilidades e alguns requisitos, mas não para enfrentar a vida, o mundo ou o mercado de trabalho. Os respondentes ainda se situaram mais contundentemente afirmando que o aluno não recebe preparo necessário para iniciação ao trabalho. Esse posicionamento negativo implica na necessidade da escola como um todo abrir uma discussão no seu coletivo, que possam elucidar para todos onde a escola está deixando de cumprir este papel.

Este tipo de discussão requer coragem e auto-crítica, bem como um espaço democrático onde falhas terão que ser levantadas porém sem a personalização das mesmas. Um grupo de respondentes alegou que o aluno não sai preparado para enfrentar a vida, o mundo ou o mercado de trabalho devido as suas limitações. Tal posicionamento implica na atribuição pelo educador de uma certa incapacidade implícita na pessoa com necessidades especiais. Mais ainda requer dos educadores uma reflexão comprometida com a descoberta de áreas preservadas da Pessoas com Necessidades Especiais que devem ser instigadas e provocadas a um desenvolvimento, mesmo que para isso seja necessário buscar na comunidade outros programas mais adequados ao caso. Em situações assim se requer um grande cuidado para não haver um desligamento do aluno sem o devido encaminhamento e acompanhamento ao longo de algum tempo. Requer também um trabalho de orientação familiar.

Embora alguns respondentes tenham colocado que os alunos saem parcialmente preparados, necessitando de suporte, de orientação quando a questões de imaturidade, insegurança discriminação por parte da família e da sociedade, essa é uma questão complexa pois, após o aluno ser desligado da escola as vinculações destes e de sua família com a instituição tornam-se distantes. A forma mais adequada dessa orientação e suporte seria inserir os

egressos em programas da comunidade com esse fim, o que em se tratando de famílias com baixa renda é extremamente difícil uma vez que o sistema público de saúde nas áreas: médicas e paramédicas são extremamente precários.

Quando perguntado o que deve mudar nas oficinas, o número de respondentes foi mais significativo no que diz respeito a revisão de todo o processo, ou seja que sejam estudadas novas formas de condução do trabalho profissionalizantes. Ainda apareceram em número de importância o fato de que deve haver por parte dos professores uma cobrança maior em relação a postura dos alunos, devendo ocorrer dessa forma mais disciplina, responsabilidade, ordem, organização, atitudes, isso através do posicionamento dos profissionais adotando uma mesma linha de trabalho, colocando limites, tomando as mesmas atitudes quando ocorrerem falhas e acertos(aspectos positivos reforçar e negativos; orientar, disciplinar).

Outro segmento numericamente importante foi o de respondentes que colocaram que deve ser desenvolvido um programa que atenda as necessidades do grupo de educandos, visando prepará-lo de acordo, para o mercado de trabalho conforme a sua realidade.

Embora em número não tão significativo também apareceram outras preocupações que denotam a busca de medidas que possam melhorar o desenvolvimento de trabalho, sendo o de proporcionar um maior tempo de permanência em cada oficina, para auxiliar na avaliação das habilidades; ocorrendo mudanças na prática, através da reestrutura das atividades específicas de cada oficina, utilização de material didático mais adequado, equipamentos, a fim de que o educando possa receber o preparo necessário para “Iniciação ao trabalho”.

Ainda nesta questão os respondentes se detiveram para que a Mantenedora preste “assistência necessária”.

Ao serem indagados sobre o que não deve muda, apenas um dos respondentes se posicionou dizendo que no momento não é necessário mudança nas oficinas.

Ao serem indagados se : Após o percurso na Habilitação Profissional o jovem melhora suas relações com a família e com a sociedade, um número significativo de respondentes disseram que sim, pois, segundo informações da família a escola oferece oportunidade para que ele aprenda a se relacionar com os colegas, professores e isso vem a ajudar nas suas relações com a sociedade.

Em número menor mas também de importância significativa, os respondentes afirmam positivamente colocando que se trabalhado de acordo, ele tende realmente a melhorar suas relações e apareceram também respostas como: O aluno integra-se e através disso ele atua mais na família e na sociedade; sim, sendo desenvolvido novas habilidades e uma melhor postura, ele aprende a relacionar-se com os colegas e demais pessoas, a fazer trocas, manter diálogos, portar-se adequadamente nos passeios e participar de festividades.

Outro segmento que coloca a opinião dos respondentes foi de que depende de cada caso e de cada indivíduo como pessoa, mas sempre há uma melhora no relacionamento social mas também depende muito do meio em que vive e de como ele e os demais reagem.

Aparece também como sendo um dos objetivos do trabalho e muito conseguem melhorar estas relação.

Verifica-se que neste item as respostas foram na sua totalidade pode-se afirmar que sempre é possível desenvolva nas Pessoas com Necessidades Especiais o espírito de mudança através do trabalho de relações humanas e que de certa forma contribui para o seu desenvolvimento, biopicosocial.

Em relação a pergunta o item 6 foi indagado aos respondentes sobre como fazer para que a sociedade se sensibilize e aceite a Pessoa com Deficiência Mental?

Os respondentes foram em sua maioria unânimes em afirmar que só é possível uma sensibilização através de campanhas mais efetivas e atuantes ou seja com palestras, cursos, debates, seminários e visitas nas empresas. Em número também significativo os respondentes colocam que a mantenedora e os órgãos governamentais deverão dar mais apoio com divulgações através da mídia e dos meios de comunicações promovendo palestras, encontros, debates

exposições, prestando assim esclarecimentos à família e a sociedade com informações preventivas e esclarecedoras.

Outro segmento de respondentes enfatizou que em primeiro lugar a família deve fazer com que a Pessoas com Necessidades Especiais participe ativamente da sociedade ou seja vá a festas, jogos, passeios, compras, sem escondê-la em casa, só assim é que poderá cobrar da sociedade maior integração.

Outra resposta foi de que deve-se conscientizar a sociedade como um todo que é um problema que atinge todas as classes sociais e econômicas e que a Pessoas com Necessidades Especiais deve ser tratada como qualquer outra.

Embora em número não tão significativo também pareceu como preocupante, para que a sociedade se sensibilize a tomada de consciência e aceitação das dificuldades e capacidades da pessoa com necessidades especiais, por parte da sociedade, através da divulgação do trabalho que já é realizado a nível nacional e da busca de melhoria no sistema educacional.

Entre várias respostas saliente-se também como de grande importância a de um dos respondentes que sugeriu a criação de grupos de estudos como propostas para intervir no meio empresarial e na sociedade.

Ao serem indagados sobre a questão de no caso do educando não permanecer no emprego, se ele deve ser aceito na escola para uma recuperação nos aspectos falhos, um número significativo de respondentes acredita que a escola não deva recebê-lo de volta, pois ao encaminhá-lo supõe-se que o aluno esteja apto a enfrentar o mercado de trabalho, tendo durante algum tempo, que pode ser de 3 a 6 meses um período de estágio e/ou experiência com acompanhamento dos profissionais da escola.

Outro segmento demonstra a preocupação dos respondentes que acham que as falhas devem ser corrigidas durante o processo com um estágio paralelo e outros ainda colocam que se ele não permanecer no trabalho deve-se averiguar primeiro, dos motivos e analisar com muita seriedade e que a família tem que estar sempre presente.

Ainda outro grupo de respondentes delegam para a família a responsabilidade pela permanência e encaminhamento num trabalho, isso após o

aluno ser inserido no mercado de trabalho, ter passado pelo período de estágio. Para que não ocorra o retorno do aluno a escola é necessário que a família participe ativamente com o profissional que supervisiona o estágio no processo de colocação no mercado de trabalho.

Em número menor de respondentes aparece como sugestão o fato do aluno não ser aceito novamente na escola e que a Assistente Social é que deverá encaminhá-lo a instituição cabível.

Um número significativo de respondentes são da opinião de que a escola deve dar novas oportunidades ao aluno a fim de poder verificar os motivos que o levaram a não adaptação, revendo o caso, levando as falhas e trabalhando os requisitos necessários para uma nova tentativa de colocação.

Houve ainda alguns respondentes que ficaram em dúvida se deva ou não ser aceito novamente dependendo do tempo em que o aluno tenha ficado na habilitação.

Percebe-se nesta questão uma divisão de opiniões, podendo-se verificar que mesmo não sendo a favor do retorno, a necessidade é maior, pois, não haverá talvez oportunidade do aluno superar seus conflitos em relação ao trabalho se não for através da escola na qual ele considera como sua casa, sua família, de onde recebe atenção apoio, carinho, elogios, críticas construtivas, sentindo-se seguro e conseqüentemente reverterá em ótimos resultados no ambiente de trabalho.

Esta questão refere-se ao papel de Habilitação Profissional, se está desenvolvendo as potencialidades do aluno.

Justifica-se posição e apresentar sugestões se julgar necessário.

Neste questionário observamos que a maioria dos respondentes afirmam que sim, a habilitação profissional está desenvolvendo as potencialidades do aluno, não totalmente, pois depende da vivência, do ritmo e do respeito a individualidade de cada um dando-lhes oportunidade e tempo suficiente para o seu desenvolvimento respeitando quantas vezes forem necessários os ensinamentos.

Mesmo acreditando no desenvolvimento das potencialidades através da Habilitação Profissional alguns respondentes colocam que os alunos ainda estão imaturos, não podendo dessa forma serem encaminhados para um Trabalho, embora a escola esteja oferecendo condições qualitativas para a iniciação ao trabalho.

Outro segmento de respondentes em número menor colocam que o aluno ao chegar na escola não sabe dar um recado, nem se comunicar adequadamente, mas com o tempo eles adquirem esse conhecimento que vem a facilitar a seu desempenho educacional.

Houve também respondentes que referiram-se a essa questão com parcialmente, pois acham que as atividades devem ser repetidas num maior número de tempo para maior fixação diferente da diversidade de técnicas.

Um pequeno número de respondentes acreditam que não, que as potencialidades não estão sendo desenvolvidas pela falha de uma diretriz única, de um encaminhamento único e mudanças de cunho pedagógico, incluindo maior rigidez quando ao comportamento, postura dos alunos e diminuir o excesso de paternalismo, que acabam por prejudicar o andamento do trabalho e desnortear horários.

Quanto perguntados sobre a possibilidade de uma complementação acadêmica articulada à aprendizagem específica de cada oficina, e de como e em quais aspectos.

Os respondentes em sua maioria colocaram-se favoravelmente que não é possível ver essas questões separadas, que o aluno é um todo e como tal, deve ser trabalhado, que a complementação acadêmica é importantíssima junto à aprendizagem específica das oficinas.

Isso já ocorre através da oralidade ao serem trabalhadas medidas, raciocínio etc, bem como através de apostilas, textos informativos, jornais, manchetes, revistas, com comentários críticos, sugestivos e formativos.

Outros respondentes acham importante principalmente se o aluno já deixou a classe especial, e como uma realimentação da atividade acadêmica para aqueles que ainda freqüentam a classes especiais.

Um grupo menor de respondentes é da opinião de que a complementação acadêmica deve estar relacionada com a prática, visando os objetivos de cada oficina, através da escrita e oralidade explicações, discursões, conversas, demonstrações, exercícios. Essa complementação já existe não de modo formal, pois já estão inseridos nos conteúdos específicos de cada oficina. Um número reduzido de respondentes afirmam que não, pois essa parte acadêmica fica de exclusividade da classe especial e que como esta, não necessita de nenhuma mudança, está bom assim.

Analisando as respostas vemos que os respondentes acreditam no ensino paralelo não com material específico da parte acadêmica, mas para um melhor entendimento do que é trabalhado e que uma coisa não progride sem a outra ou seja a prática é aliada a teoria.

Outro questionamento foi a respeito das características dos alunos para frequentar a escola. A maioria dos respondentes afirmaram que a idade ideal seria de 14 anos em diante. Alguns afirmaram que aos 12 anos, o aluno também estaria apto para ingressar no Programa de Habilitação Profissional, pois assim ele teria mais tempo para se aperfeiçoar. Mas ele necessitaria de uma prévia avaliação para verificar seu amadurecimento e se preencheria os requisitos necessários para que tivesse sucesso seu ingresso nesse Programa.

Ao se indagar como são vistas as visitas às empresas; para conhecimento dos alunos e que acham de proporcionar um desenvolvimento do senso artístico visitando teatros, museus, e por quê, um grupo significativo de respondentes acham bastante válidas as visitas às empresas, acreditando que quanto mais se der oportunidade aos educandos de conhecer o meio empresarial, participar de eventos culturais, maior será o seu desenvolvimento artístico, profissional e social, sendo que oferecer uma educação integral é o objetivo primeiro da escola.

Ainda um número de respondentes coloca que deveria ser a atividade número um, para despertar no aluno o interesse, conhecendo empresas, teatros, cinema, shows, indústrias facilitando maior integração, sendo que a cultura é fundamental e não pode estar desvinculada da vida das pessoas seja ela deficiente ou não.

Outro grupo de respondentes em número menor acha muito convenientes as visitas e participações em qualquer atividade artística, por verificar que em muitos dos alunos da Habilitação Profissional o senso artístico está presente e com isso terão uma chance maior para desenvolver seu dom artístico ou criativo, tendo alguns exemplos de alunos que gostavam de música dramatizações, danças e saíram-se muito bem nessas atividades ao participar.

Ainda é colocado por alguns respondentes a importância da oportunidade que se dá aos alunos pelo ângulo cultural, porém alertam para o cuidado que se deve ter para não criar expectativas nos alunos ao permitir que visitem os locais como se fosse um futuro emprego, esclarecendo os objetos da visita e que o acesso ao mercado de trabalho formal está cada vez mais escasso para todos os trabalhadores.

Um número reduzido de respondentes apresentou como sugestão a reestruturação da proposta, sendo esta subsidiada por bibliografia pertinente.

Ao serem indagados se deveria ser proporcionado um tempo maior de passagem do aluno recém-chegado à instituição pelas oficinas, rodízios mais amplos, por mais de uma semana, os respondentes disseram que sim.

O aluno quando ingressa na instituição passa (1 semana) por todas as oficinas, onde é feita uma avaliação pelos professores. A sua escolha para fixar em uma oficina é feita com a participação de todos os profissionais envolvidos levando em conta a sua habilidade e interesse. Caso sua escolha não seja acertada, o caso é repensado podendo mudá-lo de oficina para a mais adequada.

Os profissionais acham que um tempo maior de rodízio pelas oficinas daria oportunidade mais ampla de conhecimento daquele setor. Alguns disseram que seria melhor um tempo de 3 meses de duração, outros disseram 30 dias e outros ainda 15 dias.

Alguns respondentes acham que o tempo já determinado (uma semana) é o ideal, pois um tempo mais longo causaria confusão mental nos educandos.

Eles podem e cada ano mudar de oficina por estudo de caso se for da vontade deles ou se já tiver apreendido tudo relativo àquela oficina.

Ao serem indagados, os professores, se consideram o trabalho desenvolvido nas oficinas do Programa de Habilitação Profissional, válido como um curso foram unânimes em responder que não acham que seja válido como um curso. Esse trabalho das oficinas se enquadra melhor como uma iniciação ao trabalho, onde os alunos aprendem a postura adequada ao trabalhador, assiduidade, pontualidade, assinar o livro-ponto, iniciações nas tarefas próprias de cada oficina.

Somente uma professora da oficina de serigrafia demonstrou desejo que a sua oficina fosse considerada como um curso, e que conseqüentemente os alunos deveriam receber certificado, ao término.

No item 14, indagamos se é importante ou não o aluno saber fazer sozinho todo o processo da atividade das respectivas oficinas(começo, meio e fim) , os respondentes foram unânimes em responder afirmativamente, o que demonstra uniformidade de conceitos por parte dos educadores. Esse fator é um dos objetivos do Programa de H.P. na formação global dos educandos, tornando-o mais independente, produtivo e participativo no processo social. Há uma uniformidade de proposição nos conteúdos do processo desenvolvidos pela instituição, sentindo-se necessidade do desenvolvimento integral do aluno, principalmente no que tange a parte profissionalizante, visando formar um indivíduo capaz de realizar sozinho todas as etapas de sua profissão numa empresa. Se isto não ocorrer, não houve a verdadeira aprendizagem. O que também está implícito nas respostas é que na verdadeira aprendizagem, o educando saberá fazer transferências de uma para outra situação no ambiente de trabalho.

Ao serem indagados se o aluno deve ser preparado para aceitar suas limitações profissionais não ingressando no mercado de trabalho formal os profissionais da instituição responderam afirmativamente sugerindo várias opções: uma das opções foi a necessidade de serem orientados pela psicóloga. Essa alternativa foi válida enquanto houve esse profissional na instituição, com a sua transferência, está se aguardando neste ano de 1997, que venha outra psicóloga. Outra opção foi que deve-se fazer um trabalho junto à família para que

ela também participe desse processo “O meio familiar, de classe, o grupo de amigos, etc desempenha um importante papel no futuro do aluno”. Algumas vezes, os alunos têm expectativas muito altas, em relação ao futuro. Sonham em profissões com ensino superior como ser médicos, políticos, advogados, etc. e não aceitam facilmente suas próprias limitações (ex: uma aluna do artesanato disse que nunca seria uma babá ou uma doméstica. Atualmente ela está trabalhando, há 1 ano, na função no super-mercado Festival).

Algumas respostas afirmativas que o mercado de trabalho é que deveria estar preparado para recebê-los. Isto implica em uma maior e mais eficaz sensibilização do mercado em conhecer e aceitar os serviços da pessoa com deficiência mental.

Indagados quanto à proposta apresentada aos alunos com deficiência Mental que após concluídos os processos educacionais de nossa instituição, não obtém colocação no mercado de trabalho, houve respondentes esclarecendo que caberia à Assistente Social fazer a ponte necessária. Outro grupo respondeu que a para os mais comprometidos seriam viáveis as oficinas protegidas. Ela nada mais é que uma oficina de trabalho, onde são rejeitadas as tarefas escolhidas, em ambiente também protegido para o trabalho dos Pessoas com Necessidades Especiais.

Alguns respondentes disseram que até os educandos deveriam ter mais apoio das respectivas famílias no que tange a área profissional, não deixando somente para as instituições de ensino a colocação no mercado de trabalho. Esse alheamento da família com relação a educação é objeto de preocupação de educadores pois gera atitude de passividade ou de conformismo diante do problema, que retarda os primeiras providências dos pais com referência às necessidades especiais de seus filhos.

Também alguns dos respondentes concluíram que seria viável a formação de cooperativas compostas pelos pais, empresas, associações, tercerizando sua mão-de -obra.

Outro grupo de respondentes mencionou procurar cursos profissionalizantes. A Escola Municipal Especializada Wladimirna Helena Antipoff

fez contatos com a Escola Profissionalizante Mercedes Stresser, encaminhando para lá alguns alunos para fazer alguns cursos, entre eles o de Panificação.

Outro grupo de respondentes mencionou que poderia ser desenvolvido um trabalho informal de fabricação de doces, salgado, para ser vendido perto de suas casas, também poderia ser incrementado um trabalho de artesanato como bordado, tricô e crochê, cuja produção encontraria compradores nas vizinhanças. Também a função de higienização doméstica traria bons resultados.

São várias as opções para as Pessoas com Necessidades Especiais no mercado informal de trabalho, mas para isso é necessário contar com o auxílio efetivo da família.

Indagados sobre quais critérios deveriam ser observados para proceder o desligamento do aluno do Programa Habilitação Profissional um grupo de respondentes afirmaram que o momento ideal para o desligamento seria quando o aluno estiver preparado o suficiente para sozinho desempenhar as funções do mercado de trabalho, estar ajustado, contratado e passado no período de experiência no trabalho que estiver atuando.

Foram mais ou menos unânimes as respostas afirmando só ser possível o desligamento quando atingidos os objetivos da Habilitação Profissional,

Também alguns profissionais opinaram pela proposição de após o 1º estágio na empresa, caso não der certo o aluno deverá voltar a freqüentar a escola por mais 6 meses para realimentação do trabalho e procurar sanar as dificuldades encontradas na empresa.

Ao serem indagados sobre o tempo de terminalidade do Programa de Habilitação Profissional grande parte respondeu que seria viável os alunos permanecerem na escola por tempo de mais ou menos 5 a 6 anos. Pois os respondentes acreditam quando é determinado um tempo para execução de determinada tarefa, isso se realiza com mais eficácia.

É um assunto polêmico, pois cada educando tem seu ritmo próprio não se podendo estabelecer regra fixa para todos. Enquanto alguns alunos, principalmente aqueles que contam com o auxílio da família ou que são menos

afetados pela deficiência, seguem um ritmo mais acelerado, outros necessitam mais tempo para aprender as mesmas coisas.

E, há, ainda outros educandos que mesmo vencido o tempo estipulado não conseguem habilidades suficientes para ir para o mercado de trabalho.

Ao serem indagados sobre o papel da família no processo de encaminhamento do aluno para o mercado de trabalho, foram unânimes em responder que o papel da família é fundamental nesse processo.

O papel da escola é formativo e informativo, educacional e preparativo para a vida social até um certo limite. O papel da família é de dar uma base de sustentação inicial ao indivíduo e a assistência permanente à todas as suas situações de vida, incluindo, é claro o trabalho. A escola não pode e não deve ser paternalista, pois corre o risco de assumir só para si toda a responsabilidade do futuro do educando. Hoje a escola oferece alimentação, transporte, assistência médica, alimentos para o lar, etc. Assim sobra pouco tempo para o ensino pois ela fica preocupada demais com tarefas que não são sua obrigação.

3.8 *RELATO DO ATUAL PROCESSO DE DISCUSSÃO DA ESCOLA MUNICIPAL WLADIMIRNA HELENA ANTIPOFF*

a) Breve História da caminhada

O Centro Municipal Helena Wladimirna Antipoff desde 1992, quando de sua inauguração, passou a funcionar com três programas, sendo: Estimulação Precoce e Pré-Escolar, Ensino Especializado Escolar e Habilitação Profissional, tendo na direção da instituição uma pessoa convidada pela mantenedora. Havia uma coordenadora e uma pedagoga em cada um dos programas.

As turmas eram formadas por 14 alunos e dois professores especializados para cada oficina.

Em 1993 foi aberta a Pré-Oficina para atender os alunos com maior comprometimento com o objetivo de prepará-los para o ingresso nas outras oficinas.

Nesse período, a oficina de Plantas que fora criada não tinha um local adequado, sendo adaptado um espaço físico interno para o seu funcionamento sem as condições ideais para a plena realização do programa, como a horta, o jardim, etc.

Como toda estrutura no início parece ideal, no decorrer do tempo são necessárias mudanças; isto também ocorreu em relação ao refeitório, onde os alunos da Habilitação Profissional faziam as refeições. Não era o mais adequado, por ficar situado no andar superior do prédio e a cozinha no andar térreo, dificultando a circulação do pessoal para o transporte das refeições quentes, bem como muito tempo gasto nessa tarefa.

Com o aumento do número de alunos no Centro, houve a necessidade de outro refeitório, ficando este no andar inferior do prédio. Somente os alunos da Habilitação Profissional é quem faziam as refeições no Centro. No antigo refeitório, os alunos dos outros dois programas passaram a fazer também suas refeições, após constantes lutas para que isso pudesse ocorrer.

No período de 1993 - 1994 havia alunos do Ensino Especializado Escolar que ficavam na escola em período integral, sendo extinto tal atendimento devido a falta de pessoal para atendê-los no horário do almoço.

Em maio de 1993, também foi criada a A.P.P.F. (Associação de Pais, Professores e Funcionários) devido a necessidade da comercialização dos produtos das oficinas e que só seria possível através de Associação. A própria instituição se autogeria, pois ao comercializar seus produtos reverteria os lucros na compra de materiais para manter as oficinas funcionando e produzindo. Era necessário essa auto-gestão devido aos escassos recursos enviado pela mantenedora.

Após cinco anos de incansáveis lutas e muita persistência, o Centro Municipal de Educação Especial Helena Wladimirna Antipoff passou por mudanças significativas que certamente vieram a beneficiar todo o trabalho nele desenvolvido. Até novembro de 1996, era denominado Centro Municipal de Educação Especial Helena Wladimirna Antipoff, passando a partir daí, a ser chamada Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff, primeiro

provavelmente para facilitar o recebimento de verbas públicas que são dirigidas à escolas, através do F.N.D.E (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Extremo Sul), e segundo para que a Escola pudesse ser dirigida por pessoa eleita diretamente em eleição diretas, para diretores, o que não era possível como Centro, tendo uma pessoa que era convidada pela mantenedora para o cargo de diretor. Agora com eleições diretas elege-se o diretor, vice-diretor e chefe de apoio.

A partir daí as mudanças começaram a ocorrer, tendo uma direção mais democrática e questionadora, facilitando as decisões em grupo, tendo um enfoque metodológico mais formativo do que informativo, com objetivo de preparar o aluno para integrá-lo na comunidade e/ou sociedade.

A partir de 25 de março de 1997 foi feita reformulação do estatuto que passou a chamar Associação, Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff.

Mas também ocorreram algumas mudanças que infelizmente demonstram a fragilidade da estrutura de um sistema superior que é a ausência de profissionais considerados indispensáveis ao programa que é a fonoaudióloga, psicóloga e psicóloga escolar.

A mais recente inovação da Escola é o contrato com o Programa de Prestação de serviços à comunidade - Serviço Auxiliar da Infância e Juventude - S.A.I. já neste ano uma adolescente da comunidade desempenhará durante 3 meses a função de auxiliar de inspetor para o atendimento aos alunos da escola.

No que diz respeito ao Conselho Escolar ainda está em fase de aprovação.

Em relação ao transporte dos alunos o mesmo é feito pelo SITES (Sistema Integrado de Transporte de Ensino Especial), sendo mantido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, através da URBS, os motoristas e cobradores, os ônibus. Os atendentes são funcionários do próprio sistema de condomínio SITES.

Carteira de Passe Livre para o Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba para a Pessoa com Necessidades Especiais desde que a renda familiar não ultrapasse a R\$ 350,00 mensais.

Implantado este benefício a partir de 1995 se a criança for dependente, tem direito ao passe livre do acompanhante. O aprendiz terá carteira da URBS através de uma declaração da Escola.

Contamos com o apoio do CRAID, assistência médica e dentária gratuita. Todas as especialidades dessa instituição fazem avaliação clínica completa.

Benefício Continuado é uma Lei Federal gerenciado pelo INSS (aposentadoria) benefício este para a criança cuja família tenha uma renda não superior R\$ 29,00 per capita. Deve ter laudo médico comprovando a deficiência.

Com esse breve relato vemos que a Escola se encontra em fase de reformulação, tendo como principal objetivo o atendimento ao aluno que é a chave mestra de todo o trabalho profissionalizante.

b) Relato das reuniões para discussão do currículo

Os profissionais que atuam na área de Habilitação Profissional da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff desde algum tempo já vinham sentindo que havia lacunas no enfoque teórico-metodológico referente ao Programa desenvolvido nas oficinas. Em 1996 houve momentos em que os profissionais da Escola e da Secretaria Municipal de Educação se reuniram para discutir o Projeto Político Pedagógico.

Surge então a necessidade de uma reestruturação de Plano Curricular da Escola vindo a reforçar as indagações dos profissionais, sendo então realizada uma reunião com toda a equipe do Programa de Habilitação Profissional para que se pudesse fazer os mesmos encaminhamentos nos dois turnos. Nessa reunião também ficou decidido que seria convidada a Gerência da Educação Especial para participar da reunião que seria no Sábado, dia vinte e quatro de maio de 1997.

Nessa reunião ficou decidido ainda que seriam realizados encontros semanais com uma equipe que representaria a escola, formada pelos dois pedagogos do Programa, a Assistente Social, o Diretor e Vice-Diretor e três professores da Habilitação Profissional juntamente com a Gerência da Educação

Especial da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de discutir assuntos polêmicos levantados na escola aliando-os a um referencial teórico.

Realizou-se a primeira reunião no Departamento de Educação Especial, dia 11 de junho de 1997.

Estavam presentes: a Gerente da Educação Especial Regiane B.Bérgamo e suas assessoras: Maria Tereza Elias e Isolde Amadori. Estava também uma pequena equipe da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff: o diretor Ronaldo Vadson Schwantes, a vice-diretora Regina Celia Gradowski Farias da Costa Maingué; as pedagogas da Habilitação Profissional, Adriane Anisia Segalla Engers (tarde) e Jorgete M.Zewe Gemin (manhã) e algumas professoras: Maria Inês Matos Albini, Helenice Bonacordi, Marleine Quadros de Assis e assistente social Vanessa Ferreira Lang .

Foi iniciada a reunião estabelecendo-se dia e horário para os próximos encontros que seriam semanais. alternando-se uma reunião pela manhã e outra à tarde.

Começamos a reunião lendo o Plano Curricular da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff e cada item expúnhamos nossas dúvidas, como: qual seria idade ideal para o ingresso do aluno na Habilitação Profissional, se seria como estava escrito no Plano Curricular da Escola ou deveria se antecipar esse ingresso para a idade de 12 anos. Outra dúvida o que é habilitar profissionalmente? Se envolve a Escola fornecer certificado de conclusão do curso ou não.

Não tendo sido tomadas posições conclusivas sobre tais questões.

No encontro do dia 17 de junho de 1997, a Gerente da Educação Especial, Regine, não pode estar presente. Quem coordenou a reunião foi Maria Tereza Elias da gerência da Educação do Município. Estavam presentes as mesmas pessoas da reunião anterior. Algumas pessoas pesquisaram no dicionário e na legislação vigente para obter as respostas o que seria Habilitação Profissional e quando ao ingresso do aluno na Habilitação Profissional aos 12 anos. Verificou-se ser possível seu ingresso na escola, mas não no mercado de trabalho. A Lei permite ao menor aprendiz iniciar o trabalho somente aos 14 anos. Algumas

peças defenderam o ingresso do aluno aos 12 anos, esclarecendo que assim o aluno teria mais tempo, começando mais cedo na Escola, para se preparar, para se habilitar profissionalmente. A proposta da Escola seria uma iniciação ao trabalho, para desenvolver certas habilidades necessárias a Habilitação Profissional.

Outra dúvida também foi esclarecida. Chegou-se a conclusão que a Escola não deveria fornecer certificado de conclusão de curso.

Na continuidade da discussão surgiram outras dúvidas: O que seria terminalidade de curso? Quanto tempo o aluno deveria permanecer na Habilitação Profissional? Quais habilidades o aluno deve adquirir durante a permanência na escola para concluir seu desligamento? Seria estabelecido em prazo ou quando tivesse atingido determinada idade?

Discutiu-se também a importância da participação da família dos alunos nos assuntos da escola como co-responsáveis no encaminhamento para o trabalho. Algumas vezes, a família se omite deixando esse encargo somente para a escola.

Outro item importante também discutido foi investigar se a função do Programa de Habilitação Profissional é colocar a todos os alunos no mercado de trabalho. E quando o aluno não permanece no emprego deve ser aceito de volta na escola ou não? E quando o aluno está "pronto" e não encontra emprego? Em que condições a classe especial deveria enviar o aluno para dar continuidade na Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff? Se deveria fazer reuniões com os professores da classe especial à qual os alunos da escola pertencem?

A Gerência da Educação Especial informou que já existem essas reuniões da Secretaria com a Classe Especial. Isso, entretanto, não garante a integração desta com a Escola, e terão que ser pensadas outras formas de articulação.

As demais questões levantadas não foram esgotadas, tendo estas pautadas para as reuniões vindouras.

Na reunião do dia 25 de junho de 1997, foram retomados os assuntos da reunião anterior e ficou esclarecido que a função do Programa de Habilitação

Profissional não é somente a colocação do aluno no mercado de trabalho, mas também prepará-lo para a vida e o exercício da cidadania.

Outro ponto de indagação dos profissionais, seria o retorno do aluno à Escola no caso de não permanecer no emprego sendo estão colocado por todos a necessidade de uma retomada nas falhas que impediram essa permanência, dando-lhe respaldos para uma nova colocação.

Foram também discutidos os termos habilidade e potencialidades, não tendo essas palavras o mesmo significado.

Ocorreram alguns questionamentos como:

-Qual a importância dos conteúdos acadêmicos num programa geral da Habilitação Profissional, e se isso seria importante para a vida do aluno?

- O que fazer se ele ao ingressar an Habilitação Profissional não sabe ler?

- Até onde seria de responsabilidade da classe especial a aquisição desses conteúdos e onde começa a nossa, se ele já deveria estar pré-alfabetizado?

Todas essas indagações ficaram para reflexão de cada membro do grupo.

Na reunião de 1º de julho iniciou-se a discussão sobre o que é ser egresso de classe especial?

Quando o aluno faz teste classificatório e passa para o ensino regular, deixa de ter direito a frequentar o Programa de Habilitação Profissional? A quem o Programa deveria atender? Qual a clientela, a idade e quais os requisitos para ingressar no Programa?

A idade para que o aluno seja desligado da escola? Nessa reunião foram ainda revistos os conteúdos de cada oficina.

Retornando no dia 20 de agosto os assuntos da reunião anterior, foi discutido o termo “egresso”de classe especial não chegando a um consenso.

IV CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não devemos empobrecer a escola atrelando-a mecanicamente ao mercado de trabalho somente para atender a demanda de mercado (FRANCO).

É um caminho longo e árduo. O esforço despendido não está nunca em proporção com os resultados, mas despertada a consciência social, conquistada a voz para reclamar direitos legítimos e inerentes a todas os indivíduos pouco a pouco vai-se desenhando o lugar da Pessoas com Necessidades Especiais na sociedade. Integração pressupõe interação, reciprocidade de ação, troca de atividades; é preciso que a pessoa com deficiência que recebe amplas e proteção possa desenvolver um potencial de trabalho e produção socialmente úteis. Integração é quando a pessoa com deficiência faz parte do complexo social com os encargos e direitos que disso advêm, aproveitando ao máximo sua capacidade desenvolvida por métodos especiais que a sociedade tem a obrigação de fornecer. É preciso que a pessoa com deficiência integre a sociedade, que dela depende seu trabalho, assim com o trabalho depende da sociedade e determina suas relações. Que o esforço enorme que a pessoa com deficiência realiza, embora para produzir minguados resultados, venha a enriquecer o acervo social, como o trabalho de qualquer cidadão. Que se meça o mérito pelo esforço mais que pelos resultados. Fatos, coisas, instituições estão envolvidos, transformando-se de tal forma que nenhum grupo de conceito pode ser fixo. As mudanças tecnológicas vão, em velocidade crescente, transformando as relações sociais, e as formas e conceitos sociais, para serem válidos alteram-se a cada passo. Talvez por isso diversos segmentos da sociedade voltam seus olhos para os marginalizados, reavaliam suas possibilidades, menos considerando suas deficiências que sua capacidade residual.

A integração social não é rápida nem fácil. Começa na família traumatizada no seu íntimo pela presença da deficiência e por isso mesmo, propensa a rejeitá-la de início. Da rejeição inicial caminha para a aceitação passiva e egoísta, e desta para a aceitação ativa, o esforço para sua recuperação e integração familiar e social. Nem todas as famílias atingem esta terceira fase. É claro que não se

poderá pretender integração social para alguém marginalizado dentro de sua própria família. Por isso, nenhum programa de recuperação e integração das pessoas com deficiência poderá esquecer o aspecto importante da educação dos pais. Realizada a integração familiar, resta a tarefa maior da integração social. Integração e trabalho são indissociáveis. É através do trabalho produtivo que o indivíduo se integra na sociedade. A integração social, o lugar que P.N.Es. está reservado na sociedade, será sempre a medida da sua capacidade de trabalho, socialmente aproveitável, mas será, mais que tudo, a medida do sucesso dos nossos esforços. Não pode considerar-se oficina protegida como ideal de trabalho para o aluno especial, porém se a oficina produz trabalho socialmente útil, podem-se reconhecer como integrados seus operários.

A integração pelo trabalho atinge o ideal quando da colocação da P.N.Es em emprego no mercado de trabalho normal da comunidade. As primeiras oficinas protegidas iniciaram-se em 1920, em Dordrecht (Holanda) como um lugar de trabalho para impedir a deterioração social de deficientes mentais adolescentes. O trabalho, como tal, era puramente terapêutico. Seria para robustecer a autoconfiança da pessoa com deficiência e também para torná-lo consciente de que a vida tem um propósito.

As oficinas protegidas modernos não mais se fundam na caridade ou na piedade pela pessoa com deficiência, mas atendem ao direito das pessoas de capacidade reduzida de obterem emprego para ganhar a sua própria vida, o que, também está expresso no Artigo 23 da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e também para o desenvolvimento de sua potencialidade criativa.

As associações voluntárias são organizações que crescem na própria comunidade à qual pertencem e refletem, por isso, as relações próprias à comunidade. Para que se mantenha efetivamente como órgão comunitário, e não se feche sobre si mesma como um grupo que busca apenas a realização de seus interesses, é necessário que os sócios não sejam apenas os pais de pessoas com necessidades especiais ou estas próprias pessoas, mas também que outros elementos venham a participar da associação, para enriquecê-la e vivificá-la.

Das reuniões ocorridas até o momento os profissionais da Escola Municipal Especializada Helena Wladimirna Antipoff levantaram inúmeras questões, entretanto muitas delas ainda não foram respondidas. O processo de discussão tem sido extremamente rico, requerendo maior sistematização para que fiquem bem visualizadas as questões que ainda requererão os esforços do grupo de profissionais da Escola para serem esclarecidas. Estas questões, ainda em aberto são as seguintes:

- Qual seria a idade ideal para o ingresso do aluno na Habilitação Profissional?
- O que é habilitar profissionalmente?
- É responsabilidade da Escola fornecer certificado de conclusão de curso?
- O que é terminalidade de curso?
- Quanto tempo o aluno deveria permanecer na Habilitação Profissional?
- Quais as habilidades que o aluno deve adquirir durante a sua permanência na Escola para concluir seu desligamento?
- Seria estabelecido um prazo de desligamento e se o mesmo seria feito quando o aluno atingisse determinada idade?
- A função da Escola é colocar todos os alunos no mercado de trabalho?
- E quando o aluno não permanece no emprego deve ser aceito de volta na Escola?
- E quando o aluno está "pronto" e não encontra emprego?
- Em que condições a Classe Especial deveria enviar o aluno para dar continuidade na Escola Municipal Helena Wladimirna Antipoff?
- Devem ser feitas reuniões com os professores da Classe Especial à qual os alunos da Escola pertencem?
- Quais as diferenças conceituais entre habilidade e potencialidade?
- Qual a importância dos conteúdos acadêmicos num programa geral de Habilitação Profissional e se isso seria importante para a vida do aluno?
- O que fazer se o aluno ao ingressar na Habilitação Profissional não sabe ler?

- Até onde seria de responsabilidade da Classe Especial a aquisição dos conteúdos acadêmicos e onde começa a do Programa da Habilitação Profissional se o aluno já deveria estar pré-alfabetizado?

- O que é ser egresso da Classe Especial?

- Quando o aluno faz teste classificatório e passa para o ensino regular, deixa de ter direito a freqüentar o Programa de Habilitação

Profissional?

- A quem o Programa de Habilitação Profissional deveria atender?

- Qual a clientela, a idade e os requisitos para ingressar no Programa?

- O que significa pré-oficina?

- O que é trabalho?

Em relação ao posicionamento da escola ao propor a prestação de trabalho a terceiros (subcontrato, tercerização e outros), é importante que a Escola reveja esta proposta pois com isso vem desvincular a empresa de qualquer encargo social não dando ao trabalhador os seus direitos constitucionais e empobrecendo a mão de obra que já está muito desgastada.

Quanto a questão se é responsabilidade da Escola fornecer certificado de conclusão de curso, o grupo de profissionais da mesma , no processo de discussão do Plano Curricular deliberou que não deveria fornecer certificado de conclusão de curso, porque a proposta da Escola é iniciação ao trabalho, para desenvolver certas habilidades necessárias à Habilitação Profissional, como compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas exigindo para tanto atenção e responsabilidade e também abertura para novas aprendizagens e de criatividade para o enfrentamento de imprevistos.

As discussões da Escola fecharam na posição da “não certificação”, mas o grupo de pesquisa que desenvolveu este trabalho considera que as discussões devem ser retomadas considerando que o aluno egresso da Educação Especial historicamente tem essa dificuldade de não receber certificado em nenhum dos níveis pelo qual transita.

Outra questão levantada pelo mesmo grupo foi definir se seria função prioritária da Escola colocar todos os alunos no mercado de trabalho. Destaca-se

como prioridade do Programa de Habilitação Profissional a formação do cidadão onde procura-se identificar potencialidades e interesses da Pessoa com Necessidades Especiais e oferecer programas de educação profissional que visem identificar-se com a realidade sócio-econômica onde se desenvolvem, propiciando várias vivências, seja por meio de oficinas ou estágios, para que o aprendiz possa vivenciar, perceber e então optar por um tipo de trabalho. Essa concepção de educação profissional implica uma educação integralmente orientada para o conceito de preparação com vistas à autonomia e independência pessoal.

A Pessoa com Necessidades Especiais para obter o seu trabalho e mostrar que é capaz, precisa na grande maioria das vezes, romper mitos: um mito social que o vê como alguém improdutivo e um mito familiar que o vê como um eterno bebê, dependente, necessitando sempre de cuidados especiais e estando sem condições de desenvolver um trabalho que represente realização ou satisfação do desejo.

Por isso, é necessário que haja um entrosamento de metas bem fortalecido entre escola e família, para que não seja somente a escola a desejar colocação no mercado de trabalho do aluno aprendiz e a família fique à margem do processo.

V ANEXOS

Levantamento de opiniões dos profissionais sobre a proposta Curricular da Escola Municipal Especializada Wladimirna Antipoff.

1) Quais os objetivos da Habilitação Profissional? E você considera que em nossa instituição esses objetivos estão sendo alcançados?

a) Objetivos:

- Desenvolver a apreciação do trabalho, valorizando-o como meio de realização pessoal e promoção social;
- Desenvolver a exploração da produção da comunidade, região e país.
- Adquirir hábito de disciplina no trabalho.
- Desenvolver a cooperação, espírito de trabalho em grupo e responsabilidade.
- Desenvolver o domínio psicomotor e percentual.
- Conscientizar de que a escolha de um trabalho deve estar relacionada com suas habilidades.
- Oportunizar cursos profissionalizantes quando o educando demonstrar aptidão e preparo mínimo para realizá-los.
- Desenvolver habilidades, interesses e postura profissional.
- Proporcionar ao indivíduo com necessidades e educativas especiais maior desenvolvimento de suas potencialidade globais, tornando-o mais independente, produtivo e participativo do processo social.
- Habilitar profissionalmente o educando para o mercado de trabalho e torná-lo o mais independente possível dentro de seu lar e na sociedade.
- Tornar o aluno capaz de ser inserido no mercado de trabalho.
- Desenvolver habilidades, objetivando orientação e encaminhamento para o mercado de trabalho e ou/informal.
- Ofertar ao indivíduo com necessidades educativas especiais as mesmas oportunidades sociais, educativas e de trabalho, dos “ditos normais” respeitando diferenças individuais.

b) - Estão sendo alcançados ?

- Sim
- Parcialmente
- Não respondeu

2) O mercado de trabalho é receptivo aos nossos alunos? Justifique sua posição.

- Não, devido ao rótulo e ao mercado de trabalho que está saturado.
- Pouca receptividade, alguns que conhecem a realidade se propõem a ajudar, mas existe muita instabilidade dificultando a permanência do indivíduo no trabalho.
- Não, porque ignoram o potencial e a força do trabalho deles.
- Não, pela falta de sensibilização do meio empresarial.
- Falta de interesse e aceitação.
- Falta de conscientização para receber o indivíduo com necessidades educativas especiais.
- Falta de conhecimento na área pelos empregadores.
- Não, pela concorrência e preconceito.
- Não, barreiras sócio-econômica-estruturais do país.

3) O educando sai preparado para enfrentar a vida, o mundo ou o mercado de trabalho?

- Ele sai com habilidades e alguns requisitos, mas não para enfrentar a vida, o mundo ou o mercado de trabalho.
- Nem sempre, devido as cobranças, posturas, assiduidade.
- Não, devido as suas limitações.
- Não recebe o preparo necessário para iniciação ao trabalho.
- Sai, parcialmente, necessitando de suporte, de orientação (imaturidade, insegurança, indiscriminação por parte da família e da sociedade).
- Sai de certa forma preparado para enfrentar a vida, e/ou mercado de trabalho.

4) O que deve e o que não é necessário mudar nas Oficinas?

- Deve haver maior cobrança dos professores em relação a postura dos alunos (atitudes, disciplina, responsabilidade, ordem organização).
- Defasagem do material didático(mais adequado).
- Maior tempo para o aluno permanecer na oficina para serem avaliadas as habilidades desenvolvida.
- Mudanças em relação a prática nas oficinas.
- Profissionais adotando a mesma linha de trabalho (limites, atitudes nas faltas e acertos).
- Mais especialidades nas atividades mais especificadas. Deve ser reestruturadas.
- Assistência necessária pela mantenedora.
- Rever todo o processo.
- Desenvolver um programa que atenda as necessidades do educando, visando prepará-lo de acordo para o mercado de trabalho conforme a sua realidade.
- Melhores equipamentos e produção atrelada ao ritmo do aluno.

5) Após um percurso na Habilitação Profissional o jovem melhora suas relações com a família e com a sociedade?

- Sim, segundo informações da família. A escola oferece oportunidades para que ele aprenda a se relacionar com os colegas, professores, profissionais e isso vem a ajudar nas suas relações com a sociedade.
- Se trabalhado de acordo, sim
- Este é um dos objetivos do nosso trabalho e muitos conseguem melhorar esta relação.
- Sim, pois durante este percurso, o indivíduo deve ter sido trabalhado quando a limites, afinidade, socialização, conhecimento e desenvolvimento. Considero que as relações com a família e a sociedade tendem a melhorar sem dúvida.

- Depende de cada caso e de cada indivíduo como pessoa mas sempre há uma melhora no seu relacionamento social.

- Sim

- Sim, sendo desenvolvido novas habilidades e uma melhor postura.

- Sim, aprende a relacionar-se com os colegas e demais pessoas, a fazer trocas, diálogos, passeios, participa de festividades, etc.

6) Como fazer para que a sociedade se sensibilize e aceite o Portador de Deficiência Mental?

- Em primeiro lugar a família fazer com que esta pessoa participe ativamente da sociedade, em escondê-la em casa, de festas, jogos, passeios, compras etc depois cobrar da sociedade.

- Através de campanhas mais objetivas e atuantes, (palestras e através da mídia) cursos, debates, seminários, visitas.

- Conscientizar que é um problema que atinge todas as classes sociais e econômicas. O portador de deficiência deve ser tratado como qualquer outra pessoa.

- Através da consciência e aceitação das dificuldades e capacidades de indivíduo com necessidades educativas especiais, por parte da sociedade como também através da divulgação do trabalho que já é realizado a nível nacional e da busca de melhoria no sistema.

- Para mudar a visão da sociedade é preciso um apoio governamental, com leis e apoio contínuo propaganda de cunho humanitário e de solidariedade. Mesmo assim, não é suficiente, porque seria preciso mudar toda a sociedade dentro de uma educação nova que trará uma nova visão de ser humano.

- Grupos de estudos com propostas para intervir no meio empresarial e na sociedade.

7) - Caso o educando não permaneça no emprego deve ser aceito de volta na escola para uma recuperação nos aspectos falhos? Justifique sua posição.

- Sim, no caso de não ter permanecido no emprego por alguns aspectos falho ou que faltou na sua aprendizagem deve ser aceito de volta por um determinado período para ser trabalhado a questão que apresentou dificuldade.

- Não, deve ser encaminhado pela Assistente Social a instituição cabível.

- Por um período pequeno sim, para que se possa trabalhar em cima de suas falhas, mas apenas uma ou duas vezes.

- Após o período de estágio ou de experiência de 3 ou 6 meses, achamos que não deva ser aceito.

- Não

- A colocação no mercado de trabalho deve ser feita com a participação da família e com uma supervisão para que não ocorra mais a sua volta para a escola.

- Depende do tempo em que o aluno já ficou na habilitação.

- Se ele não permanecer no trabalho deve-se averiguar, primeiro do motivo e analisar com muita seriedade, a família tem que estar sempre presente.

- Acho que deve ser corrigido durante o processo com um estágio paralelo.

- Conscientizar a família que o aluno após receber a iniciação para o trabalho, deve responsabilizar-se pela permanência e encaminhamento num trabalho.

- Sim, se não der certo o trabalho é porque não foram trabalhados todos os requisitos necessários, que o mercado de trabalho exige.

8) - A Habilitação Profissional está desenvolvendo as potencialidades do aluno? Justifique sua posição e apresente sugestões se necessário.

- Sim, na medida do possível.

- Sim, a maioria chega à Escola sem saber nem comunicar-se, dar um recado.

- Sim alguns casos a vivência mostra que sim em outros, não. Como sugestão, reestruturar a proposta, subsidiada pertinente.

- Sim, desde que seja respeitado a individualidade de cada aluno, dando-lhe oportunidade e tempo suficiente para o seu desenvolvimento.

- Sim, porém cada educando, desenvolve mais ou menos suas potencialidades e para que isso seja suprido deve ser trabalhado ou repetido várias vezes, ou ser cobrado mais vezes o que foi ensinado.

- Não, por falta de uma diretriz única, de um encaminhamento único e mudanças de cunho pedagógico, incluindo maior regidez quanto ao comportamento, postura dos alunos, diminuir o excesso de paternalismo.

- Sim, pelo trabalho da qualidade que desenvolvemos.

- Sim, mas os nossos alunos não estão bem prontos para o encaminhamento para um trabalho, são bastante imaturos ainda.

- Parcialmente, acho que as atividades devem ser repetidas num maior número de tempo para maior fixação diferente da diversidade de técnicas.

- Sim, está oferecendo meios para isto. Deve existir uma atuação mais eficiente de psicólogos e terapeutas para auxiliar o aluno no aspecto emocional, onde está a maior parte de suas dificuldades.

- A habilitação profissional visa desenvolver as potencialidades do aluno, capacitando-o para agir livremente, ser responsável pelos seus atos, transformando-o em membro útil da sociedade em que vive.

- Sim, todas as oficinas estão desenvolvendo, dentro de suas limitações, com falta de materiais.

9) Ao lado da aprendizagem específica de cada Oficina, você acharia possível uma complementação acadêmica? Como e em quais aspectos?

- Teoria do trabalho a ser desenvolvido e apoio cultural.

- Não, acho que ele já ocorre de maneira informal e como está, está muito bom.

- Não entendemos estas questões separadas, o aluno é um todo e como tal deve ser trabalhado.

- Sim, visando os objetivos de cada oficina.

- Sim, nos aspectos de escrita e oralidade.

- Acho que esta complementação acadêmica deve ser feita relacionada à sua prática.

- Sempre há necessidade de uma complementação acadêmica na oficina. Através de explicações, discussões, conversas, demonstrações, exercícios.

- Sim, complementação acadêmica com conteúdos pertencentes ao trabalho de cada oficina e também como uma realimentação da atividade acadêmica da classe especial, especialmente quando o aluno já não frequenta mais o ensino regular.

- Não a parte acadêmica fica de exclusividade do ensino da classe especial.

- Sim acho importantíssimo esta complementação acadêmica junto a aprendizagem específica das oficinas e isso já ocorre em nosso programa através por exemplo da oralidade, noção de medidas, raciocínio etc., apostilas, textos informativos etc.

-Sim, leitura diária de manchetes de jornais ou alguma revista semanal, com comentário crítico, sugestivos, formativos.

10) - Qual seria a clientela ideal para freqüentar esta escola e com que idade? Justifique sua posição.

- Alunos frequentadores ou egressos de classes especiais a partir de 14 anos.

- Alunos com necessidade educativas especiais a partir dos 14 anos (obedecendo as normas do Estatuto da Criança).

- Clientela com necessidades educativas especiais que possa ser desenvolvida e que venha "atender os objetivos do programa. Idade a partir de 12 anos.

- D.M. Leve, idade acima de 12 anos

- A clientela deve continuar a mesma.

- Alunos com D.M. de classes especiais ou egressos idade a partir dos 14 anos. Fazendo atual estudos a esse respeito.

- Clientela de 10 anos em diante, seria ideal, devido a maior facilidade de se moldar o comportamento, acompanhar.

- Aluno de classe especial e com idade acima de 12 anos.

- Alunos com necessidade educacionais especiais (Leves) idade mínima de 14 anos, com menos idade são muito infantis.
- Alunos de classe especial a partir de 14 anos.
- D.M. Leve a partir dos 12 anos.
- Não respondeu.

11) Como você vê as visitas às empresas, para conhecimento dos alunos e o que acha de proporcionar um desenvolvimento do senso artístico, visitando teatros, museus, etc? Por que?

- Deveria ser atividade nº 1, para despertar interesse nos alunos e a partir daí a professora fazer seu plano de trabalho. Após uma pesquisa de campo.
- Acho ótimo conhecer as empresas, teatro, cinema.
- Ótima, pois a cultura é fundamental.
- Bastante positivo. Porque entendemos o nosso aluno como um todo e assim devemos proporcionar o maior número possível de oportunidades que aprofundem essa vivência.
- Ótimo, proporcionam ao aluno oportunidades raras.
- É válida visitas às empresas, pois assim abre-se mais a oportunidade dos alunos conhecerem indústrias, fábricas facilitando com isso maior integração dos educandos.
- Muito conveniente as visitas em teatros shows, músicas, pois o senso artístico está presente em muitos dos alunos da Habilitação Profissional, e com isso terão uma chance maior para desenvolver seu dom artístico ou criativo, já tivemos vários exemplos de alunos que gostavam de músicas, dramatização, dança, etc... e saíram-se muito bem.
- Visitar e convidar pessoas de indústrias para observar a atividade, bem como conhecer o mundo artístico.
- Vista pelo ângulo cultural como muito boas e interessantes para o conhecimento dos alunos, no entanto deve-se ter cuidado para não criar expectativas nos alunos permitindo que eles visitem o local como um futuro

emprego pois independentemente do fato de serem alunos com necessidades educativas especiais, o acesso ao trabalho formal esta cada vez mais limitado.

- Visitas à empresas são excelentes, ajudam o aluno a ter uma noção do andamento do trabalho de uma empresa, com postura dos trabalhadores, horário etec.. quando ao senso artístico, também é ótimo, a cultura não pode ser desvinculada da vida das pessoas.

12) Deveria ser oportunizado a passagem do educando por todas as Oficinas por um tempo maior? (rodízio mais amplo). Por quanto tempo? Justifique sua posição.

- Sim, para a professora conhecer melhor o aluno e encaminhá-lo com segurança.

- Como está, deve continuar.

- O rodízio existe sem prazo determinado, ficando a cargo do professor determinar o tempo necessário para a permanência do aluno na oficina para proceder uma avaliação com maior segurança.

- Não

- Sim, pois o tempo de uma semana, acho pouco, deveria ser de 15 dias ou mais, para cada oficina, porque assim, é oportunizado maior tempo e o educando integra-se mais com o grupo, professora e oficina, tendo mais chance para uma escolha correta.

- O tempo estipulado de uma semana é suficiente para observação e escolha da oficina.

- Sim, o tempo que for necessário.(talvez 30 dias).

- O rodízio poderia ser de 15 dias (2 semanas) em cada oficina, para melhor observação deste aluno e se houvesse necessidade de um tempo maior, comunicaria a coordenação do programa.

- Não, porque o tempo que é dado já é significativo para o professor perceber seu aluno.

- Sim, 3 meses para poder se ambientar com o trabalho.

- Não, acredito que um tempo maior, deixará o aluno mais confuso na escolha da oficina.

- Não, porque alguns alunos sentem muita dificuldade em realizar as atividades desenvolvidas na oficina, ou não gostam das tarefas que devem desempenhar.

- Acredito que do jeito que está, está bom.

13) Você considera o trabalho desenvolvido nas Oficinas como um curso? Caso a resposta seja afirmativa você acha que deveria receber certificado?

- Não, não é um curso do jeito que está sendo feito, é uma maratona desesperada que acaba não levando a lugar nenhum, porque quando o aluno não dá conta das encomendas ocorrem duas coisas: 1) O professor acaba fazendo pelo aluno (o que não tem nada de pedagógico). 2) O aluno acaba ficando responsável por uma única parte do trabalho repetitivamente e não passa pelo processo do começo, meio e fim porque não há tempo.

- Não, um treinamento.

- Não

- Não, poderia receber uma declaração/certificado

- Sim

- Na minha oficina (de serigrafia), eu considero uma curso completo. Acho que os alunos deveriam receber certificado desde que permaneça até aprender todo o processo.

14) É importante ou não o aluno saber fazer sozinho todo o processo da atividade da Oficina (como, meio e fim)? Justifique sua posição.

- Sim

- É importantíssimo, assim poderá desempenhar sua profissão numa empresa com segurança.

- Sim, pois onde quer que ele vá trabalhar ele precisa saber fazer o todo.

- Sim, pois só com a realização de todo estaremos contribuindo para o seu desenvolvimento e varolizando-o como um ser total.

- Sim

- É de suma importância que o aluno conheça todo o processo de atividade, pois sendo assim o aluno que não trabalhar numa empresa, poderá desenvolver sozinho o trabalho junto da família.

- É muito importante que o aluno realize o seu trabalho no seu todo (começo, meio e fim).

Compreendendo todo o processo e seguindo as etapas necessárias.

15) O aluno também deve ser preparado para aceitar suas limitações profissionais não ingressando no mercado de trabalho formal? Justifique sua posição.

- Deve ser conscientizado pela psicóloga.

- Sim, porque senão ele corre o risco de ser até explorado de maneira inadequada.

- Ao aluno deve ser esclarecido as exigências do mercado de trabalho e prepará-lo para enfrenta-lo. As empresas por sua vez é que deverão estar preparadas para recebê-lo.

- Sim

- Sim, ele deve conhecer e aceitar suas limitações pois se não ingressar no mercado de trabalho formal, poderá desenvolver atividades em casa ou na comunidade.

- Sim, através do diálogo quando não for possível .

- Sim, senão estaremos enganando-os quanto a real situação e exigência do trabalho formal.

- Sim, o aluno deve ser preparado junto com a família para ter consciência de suas limitações.

16) Quais propostas você apresentaria aos alunos Portadores de Deficiência Mental que após concluimos os processos educacionais de nossa instituição, não obtém colocação no mercado de trabalho?

- Deve ser encaminhado pela Assistente Social a Instituição cabível.

- Freqüentar a oficina protegida ou trabalhar com a família, sempre pessoas conhecidas.

- Propostas estas durante o processo, viabilizar o mercado informal e também a formação de cooperativas compostas de pais, profissionais, empresas, associações, tercerizando a sua mão de obra.

- Prepará-lo para o mercado formal dentro de suas limitações.

- Que tenha maior apoio da família e com isto possam desenvolver atividades em casa ou na comunidade.

- Que fossem oferecidos para os educandos em local, onde fizessem uma prestação de serviços para as empresas (costura, jardinagem, etc) com uma supervisão, recebendo pelo seu trabalho.

- Não respondeu

- Ter consciência do que é o trabalho, pois tudo é trabalho e se bem feito traz prazer.

- Devem ser desligados com orientações à família, visto que não é obrigação da Instituição colocá-los no trabalho.

- Procurar cursos profissionalizantes. Procurar realizar trabalho informal, dependendo do grau de comprometimento de aluno.

- Para os mais comprometidos, oficinas protegidas.

- Para os menos comprometidos um ensino voltado para o mercado informal com atividades do tipo artesanato manual, lavagem de carro, auxiliar de cozinha (lavagem de pratos, limpeza de recintos) mesmo em casa para torná-lo útil.

- No mercado formal a oficina de cozinha por exemplo pode preparar o aluno para confeccionar salgados simples ou doces para que possa vender perto de casa, nas escolas etc. Limpeza, empregada(o) doméstica(o), artesanato, bordado em panos de prato etc.

17) Quais critérios que deveriam ser observados para proceder o desligamento do aluno do Programa?

- Após o encaminhamento, acompanhamento por no mínimo 6 meses e desligamento. No caso de não ter sucesso no primeiro emprego, retornar por no máximo 6 meses para realimentação do trabalho e sanar as dificuldades.

- Quando o aluno estiver preparado o suficiente para sozinho desempenhar as funções do mercado de trabalho, estar ajustado, contratado e passado no período de experiência no trabalho que estiver atuando.

- Idade e período de permanência.
- Inadaptação, permanência por comodismo familiar.
- Não respondeu
- Estudo de caso com toda a equipe de trabalho

- Estipular um tempo de permanência no programa, analisar seu desempenho, conforme avaliação o aluno permanece mais um tempo para suprir o que lhe falta (mais ou menos 6 meses) e não atingir, é desligado ou encaminhado pela empresa sempre com ajuda e apoio da família e Assistente Social.

- Observar se o aluno está realmente preparado para o mercado de trabalho ou se foram esgotados todas as possibilidades de desenvolvê-lo nas oficinas.

- Desenvolvimento de suas potencialidades, correspondência dos atributos necessários para a sua atuação no mercado de trabalho.

18) Qual seu posicionamento sobre o tempo de permanência do Educando no Programa de Habilitação Profissional. Justifique se deve ser limitado ou não, em caso afirmativo, qual o tempo?

- Quando ele estiver apto para exercer o exercício da cidadania trabalhando.

- Deve ser limitado o tempo de permanência de 4 anos mais 2 anos para estágio (encaminhamento para trabalho formal ou informal) e depois desligamento total sem retorno possível.

- 3 a 4 anos de limite.

- Sim, pois quando sabemos que temos um tempo para realizar determinada tarefa, todos os esforços (escola, família, comunidade) se voltam com maior eficiência para realizá-la.

- mais ou menos 5 anos

- mais ou menos 2 anos (sim)

- Acho que deve ser limitado, mas ainda estamos estudando o tempo necessário de sua permanência no programa, pois cada aluno tem seu ritmo próprio.

- Não respondeu

- mais ou menos 4 anos

- mais ou menos 6 anos

19) Como você vê o papel da família no processo de encaminhamento do aluno para o mercado de trabalho, seja formal ou informal? Justifique ?

- A família deve estar sempre participando e colaborando com seu filho. E por se tratar de uma pessoa que necessita de um acompanhamento e um direcionamento contínuo, trabalho junto com a escola (família).

- O papel da família é fundamental, pena que na maioria das vezes ela não existe.

- A família deveria ser mais responsável, tendo em vista que o aluno precisa mais de seu apoio.

- Não respondeu

- Fundamental e imprescindível pois a família é o nosso elo de ligação.

- Deve ser total o papel da família, eles tem que ter claro o membro da família que eles tem na capacidade dele e também em suas limitações.

- A família deverá ter um papel atuante. Deverá fazer pesquisas e contacto com locais de trabalho de sua comunidade.

- Sem a participação da família fica impossível o encaminhamento do aluno para o mercado de trabalho, raramente a instituição tem a oportunidade de realizar este trabalho sozinha.

- O papel da Escola é formativo e informativo educativo e preparatório para a vida social até um certo ponto. O da família é de dar uma base de sustentação inicial ao indivíduo e assistência permanente à todas as atuações de vida, incluindo o trabalho.

A escola deve deixar de ser paternalista e dar tudo a família.

VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, L. Slogans não Levam à Modernidade. São Paulo, **Revista Isto É Senhor**, 1991.
- CANZIANI, Maria de Lourdes. **Educação Especial: Visão de um processo dinâmico integrado**. Curitiba: Educa, 1985.
- CASTRO, R.P.A. **Formação de Recursos Humanos e Organização do Trabalho**. S.Carlos: UFS, 1989
- EDLER, Rosita. **Enfoque Sistemático da Educação Especial**. In: Educação Especial: atuais desafios. Rio de Janeiro Interamericana, 1980 p. 16.
- ENGUITA, M.F.A **A Face Oculta da Escola - Educação, Trabalho e Capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989
- FRANCO, M.A. **O Trabalho como Princípio Educativo. Uma Investigação Teórica Metodológica (1930-1960)**. Rio de Janeiro. PUC. Tese de Doutorado, 1990.
- FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. **Escola Trabalho/Mercado de Trabalho**. São Paulo: EENAFOR - 1984
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho, Educação e Tecnologia. Treinamento Polivalente ou Formação Politécnica**. In: da SILVAT.T.(org). Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre:Artes Médicas, 1991, p. 254-274
- KIRK e GALLAGHER - Educação da Criança excepcional. São Paulo: Martins Fontes , 1987.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica. As Relações de Produção e a Educação do Trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politécnica, Escola Unitária e Trabalho**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989
- MANACORDA, M.O. **Princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre:Artes Médicas, 1990
- MESZAROS, I.Marx: A Teoria da Alienação Rio de Janeiro, Zahar,1981.
- PAIVA, V. **Produção e Qualificação para o Trabalho: Uma Revisão Bibliográfica Internacional**. R.de Janeiro. IEI/UFRJ. 1989

PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, na Secretaria Municipal da Educação. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação. Departamento de Ensino. Divisão de Educação Especial. Curitiba - 1989-1992

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítico: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.